

ISSN 1517-6096



Corpoconsciência 6

2º semestre de 2000

Faculdade de Educação Física de Santo André
Corpoconsciência - Santo André - n. 6 - 2000

A revista *Corpoconsciência* é uma publicação da Faculdade de Educação Física de Santo André - Fefisa, sob a responsabilidade de Meios e Mídias Comunicação e Editora Ltda.

Diretora
Dra. Dinah K. Zekcer

Vice-Diretora
Profa. Carmen Lagana

Coordenadora Administrativa
Profa. Zilda Klecz

Secretária Geral
Gracinda Godinho Murad

Coordenação Geral
Profa. Margareth Anderios

Conselho Editorial Científico
Prof. Dr. Ademir De Marco (Unicamp)
Prof. Dr. Carol Kolyaniak Filho (PUC/SP)
Prof. Dr. Edson Claro (URFN)
Profa. Dr. Heloisa Turini Bruhns (Unicamp)
Prof. Dr. Isaac Kleiman (FUABC)
Prof. Dr. José Pereira de Melo (UFRN)
Prof. Dr. Luzimar R. Teixeira (USP/Cepeusp)
Prof. Dr. Manoel Gomes Tubino (FIEP/UCB)
Profa. Dra. Maria Augusta P. Kiss (USP)
Prof. Dr. Wagner Wey Moreira (Unicamp)

Editoria e Projeto Gráfico
Ricardo Melani (MTPS 26.740)

Comissão Editorial Executiva
Carlos Alexandre Felício Brito
José Carlos de Freitas Batista
Ricardo Ricci Uvinha

Revisão
Célia Regina F. Menin

Secretária da Revista
Alessandra Camargo

Faculdade de Educação Física de Santo André - Fefis
Travessa Cisplatina, nº 20 - Vila Pires - Santo André
Tel.: 4451-0700 - Fax 4452-2435
E-mail: revista@fefisa.com.br



MEIOS E MÍDIAS
Tel.: 275-6580

Editorial

O rei dos esportes está nu

O final do segundo semestre do ano 2000 foi marcado na área esportiva pela atuação das duas comissões parlamentares que investigam, e continuarão a investigar no próximo ano, os contratos e as negociações relacionados ao futebol brasileiro.

Mesmo com ações tímidas, as CPIs da Nike e do Futebol estão pondo a nu o rei dos esportes nacionais. Isso está acontecendo apesar de existirem pessoas na própria direção dessas comissões que defendem interesses que não favorecem investigações sérias e profundas nas entranhas da estrutura do futebol nacional.

Estamos assistindo ao trailer de um filme que provavelmente nunca entrará em cartaz, nunca será exibido totalmente sem cortes. De qualquer maneira, o trailer anuncia dívida astronômica dos clubes com a Previdência Social; remessas ilegais de dinheiro para o exterior; lavagem de dinheiro; atitudes, senão ilegais no mínimo imorais, de técnicos e dirigentes que utilizam seu cargo para obter comissões na negociação de passes de jogadores profissionais; influência descabida de uma multinacional sobre o calendário de jogos, a imagem e – pasmem! – sobre a escalação dos jogadores da seleção brasileira, entre outras coisas.

Qual seria o título mais apropriado para esse filme? Vários são os candidatos: *Feios, sujos e malvados*; *O baile*; *Oito e meio pra você, oito e meio pra mim*; *Bons companheiros*; *Os tubarões*; *Rede de negociações*; *Os iluminados*; *Eurico e o diabo na terra do Sol*; e *Operação Nike*. Mas o título que melhor sintetizaria todos esses desmandos que estão acontecendo com esse esporte é: *Cadê o futebol?*

Os fatos relatados nas CPIs tornam público que predominam os interesses de diversas ordens, a começar pelos interesses econômicos e políticos, aos do futebol. Pelé, Garrincha, Leônidas, Gilmar, Zito são zumbis que vagueiam na memória do povo brasileiro e contrastam com a crua realidade dos mesquinhos objetivos individuais ou de grupinhos. Talvez vagueando com os zumbis esteja o futebol. Atividade quase lírica, que só pode ser realmente respeitada em estado de semi-profissionalismo, quando a multiplicação do capital não entra em campo.

Ricardo Melani

Sumário

Ponto de Vista
Sobre Educação Física: somente um olhar 9
Victor Andrade de Melo

Artigos
Lazer e consumo no espaço urbano 21
Elizara Carolina Marin e Valquíria Padilha

É difícil elaborar uma monografia
de pós-graduação? 37
*Ricardo Figueiredo Pinto; Shirley Mara
de Almeida Nauar; Glória Cristina Miranda Araújo*

Corpo-Movimento-Vida:
ser "diferente-deficiente" 53
Eline T. R. Porto

Produção Acadêmica 71

Iniciação Científica 77

Normas de Publicação 95

boufo os vizfo ponto de vista

Sobre a Educação Física

A seção *Ponto de Vista sobre a Educação Física* foi criada para registrar posicionamentos diversos sobre assuntos polêmicos relacionados com o movimento humano.

O tema eleito para este e para os próximos números é o objeto de estudo da Educação Física. Os posicionamentos serão apresentados em forma de entrevista fixa (perguntas reproduzidas abaixo) com os representantes das principais tendências teóricas da Educação Física.

1. Quais são os principais problemas da Educação Física?
2. Em sua opinião, qual deve ser o objeto de estudo da Educação Física e por quê?
3. Sua posição se contrapõe basicamente a quais tendências ou quais concepções na área da Educação Física?
4. De que maneira o objeto de estudo proposto influenciaria o ensino da Educação Física?
5. Quais as conseqüências da adoção desse objeto de estudo para as pesquisas relacionadas com a Educação Física?
6. O que mudaria para o professor de Educação Física?
7. Você tem mais alguma coisa a dizer sobre o objeto de estudo da Educação Física ou algo relacionado a esse assunto?

O editor

Sobre Educação Física: somente um olhar

Victor Andrade de Melo*

● objeto de estudo

INTRODUÇÃO

Ao receber o convite da revista *Corpoconsciência* para colaborar com a seção “Ponto de vista”, confesso que meu primeiro impulso foi o de rejeitá-lo. Não que não me sentisse honrado e feliz com o convite, muito pelo contrário. Todavia, não sendo *stricto sensu* um pesquisador ligado às discussões sobre a epistemologia, não me sentia

completamente à vontade para abordar a temática proposta: o objeto de estudo da Educação Física.

Por outro lado, tenho, por certo, minhas posições e convições, na medida em que tento, dentro do possível, acompanhar os debates sobre a temática, que nos últimos anos têm sido fartos e constantemente veiculados em nossos periódicos, livros e anais de congressos.¹ Logo, fiquei tentado pela possibilida-

* Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1. Vale lembrar que existe, no âmbito do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, um Grupo de Trabalho Temático (GTT) que discute especificamente os aspectos epistemológicos. Vale também lembrar que pelo menos dois periódicos, *Movimento e Motus Corporis*, já dedicaram números especiais a discussões desta natureza.



de de organizar algumas impressões sobre o assunto construídas a partir do que tenho acompanhado e criticamente elaborado.

Assim, até porque o conselho editorial da revista concedia um roteiro de perguntas a serem respondidas, o que facilitava imensamente a tarefa, resolvi aceitar o que para mim era um desafio, deixando claros os limites de minhas contribuições e o fato de que não tenho nenhuma intenção de filiar-me incondicionalmente a tendências e/ou correntes. As posições que seguem são fundamentalmente considerações de um pesquisador que, sem ser especialista no assunto, acredita que não deve se furtar a se posicionar e buscar uma determinada compreensão, já que tem, de alguma forma, pesquisado o objeto que é o alvo de discussão e,

mais ainda, que acredita que a natureza de seus estudos (a pesquisa histórica) pode contribuir com um olhar específico sobre a discussão e conceder alguns indicadores a serem considerados.

Logo, este artigo expressa somente um olhar, o que sem dúvida não significa um olhar qualquer. É um olhar comprometido e articulado com minha realidade e experiência de pesquisador, o que não deixa de torná-lo somente um olhar.

1. Quais são os principais problemas da Educação Física?

Parece-me que para responder a tal questão é necessário definir de que Educação Física estamos falando. Não consigo responder a esta pergunta como se houvesse uma Educação Física determinada de forma ideal e abs-



trata. Penso que estamos falando de uma área de conhecimento concreta (um campo de relações), historicamente situada, em que dialogam (duelam?) pontos de vista diferenciados sobre o que seja o seu objeto de estudo.

Assim, essencialmente, Educação Física não existe. Ela somente existe e faz sentido a partir dos diversos e divergentes pontos de vista acerca de sua existência. Particularmente, prefiro tentar refletir sobre que problemas a área de conhecimento tem ao tentar discutir, nos mais diferentes sentidos, o seu objeto de estudo, também compreendido das mais diferentes formas.

Recentemente, lendo um artigo do historiador inglês Peter Burke, não pude

deixar de pensar em nossa área de conhecimento.² Segundo o autor, seria possível e fértil observar a história social do conhecimento como:

[...] história dos encontros, interações e trocas entre establishments e forasteiros, amadores e profissionais, inovação e rotina, fluidez e fixidez, conhecimento oficial e não-oficial. O grande contraste é entre círculos ou redes, de um lado, e, de outro, instituições com membros fixos e esferas de competência oficialmente definidas [...].

Centralmente, Burke propõe que a história do conhecimento pode ser entendida a partir do embate entre “religiões” estáveis, institucionais, “oficiais” (de alguma forma o “*establishment*”) que resistem aos posicionamentos de “seitas” instáveis,

2. BURKE, Peter. Seitas e igrejas na história do conhecimento. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 ago. 2000. Caderno Mais, p.16-17.



pouco institucionalizadas, mais dinâmicas. Se tais “seitas” conseguem aumentar seu grau de influência, tendem a se estabilizar e a tornar-se “religiões”, com suas “biblias” e “deuses”, que devem ser constantemente citados e referenciados, e por sua vez são também afrontadas por novas “seitas”.

Burke conclui seu artigo sugerindo que a inovação intelectual tende a germinar exatamente entre os que estão à margem, críticos de qualquer *establishment*, mesmo que momentaneamente. As “seitas” teriam, então, uma função fundamental, sem que se desconheça, obviamente, a importância das “religiões” no processo de organização social do conhecimento.

Sendo direto, para tentar responder à pergunta formulada, penso que nossa área

de conhecimento ainda é muito afeita a “religiões” e pouco afeita a “seitas”. Na área, observa-se com facilidade o proliferar dessas “religiões”, que constroem suas compreensões de forma quase inquestionável, mesmo que sob a pretensão e/ou declaração de uma aparente criticidade. É quase um exercício de fé, em que deuses são louvados, bíblias específicas são lidas com fervor missionário, rituais e cultos próprios são praticados. Com tantas “religiões” em um ambiente tão pouco ecumênico, como encontrar espaço para a inovação intelectual, cada vez mais necessária?

2. Em sua opinião, qual deve ser o objeto de estudo da Educação Física e por quê?

Sendo concreta, a Educação Física não tem uma

identidade essencial, segundo meu ponto de vista. Ela é fruto das construções dos seres humanos no decorrer do tempo. Assim sendo, questiono-me cada vez mais sobre a possibilidade de acreditar em um sentido único para a resposta de tal questão. A multiplicidade, a princípio e por princípio, parece-me bastante saudável e louvável.

Ao olharmos para a história social da construção da área de conhecimento, podemos perceber, por exemplo, que a questão da intervenção pedagógica foi sempre uma constante. Parece que, no âmbito do mercado de trabalho de nossa área, é difícil identificar possibilidades de intervenção que não sejam pedagógicas (de natureza diferenciada, é verdade, em diferentes âmbitos, como o treinamento desportivo, o lazer e a escola, mas todas inter-



venções pedagógicas). Isso parece constituir uma tradição no decorrer do desenvolvimento desta área de conhecimento. Dai parecer ser uma grande abstração e casuismo a existência de determinados cursos de bacharelado e o próprio processo de regulamentação da profissão, que fragmenta uma categoria que é na verdade única pela natureza de seu trabalho.

De outro lado, no que se refere à pesquisa, a área de conhecimento não se desenvolveu exclusivamente a partir de preocupações quanto à intervenção pedagógica nem tampouco somente envolvida com a escola. Limitar a área a somente tais aspectos/dimensões parece-me um fator de limitação de seu desenvolvimento, para não falar do risco de beirar o “patrulhamento científico”. A área de conhecimento pode, no meu



modo de entender, lidar com múltiplas dimensões, respeitando diferentes enfoques, especificidades e mesmo desejos dos pesquisadores.

Por isso, continuo preferindo o termo Educação Física/Ciências do Esporte, por mais que também reconheça suas imprecisões. Seus objetos de estudo são as mais diferentes manifestações da cultura corporal de movimento, nos mais diferentes âmbitos, sobre os mais diferentes enfoques. Com certeza outras áreas de conhecimento podem, em seus próprios âmbitos, tematizar os mesmos objetos, o que não me parece um problema, muito pelo contrário. Também não penso que as discussões sobre o “nome” da área sejam as mais empolgantes e urgentes.

Que tal lidarmos sadicamente com essa relativa imprecisão e com essas possibili-

dades de trânsito em áreas limítrofes, dando liberdade para que os pesquisadores escolham de onde desejam partir?

3. Sua posição se contrapõe basicamente a quais tendências ou a quais concepções na área de Educação Física?

Minha posição intelectual se contrapõe: a) aos que elaboram posições com pouca fundamentação teórica; b) aos casuístas, que, na busca de espaço na área de conhecimento, manipulam de forma irresponsável este conhecimento; c) aos que consideram seus pontos de vista como verdades absolutas e inquestionáveis, muitas vezes intolerantes ou pouco afeitos a discussões radicais.

4. De que maneira o objeto de estudo propos-

to influenciaria o ensino da Educação Física?

Ora, continuam sendo permitidos, possíveis e estimulados os estudos que possam nos conduzir a melhores compreensões a respeito dos procedimentos de intervenção pedagógica, tanto no âmbito da escola quanto em outros âmbitos (treinamento esportivo e lazer). Também compreendo que mesmo aqueles estudos que não parecem estar diretamente relacionados com os procedimentos de intervenção pedagógica podem contribuir para tal, na medida em que ampliam o entendimento sobre as manifestações da cultura corporal de movimento.

Simplesmente não considero que a questão da intervenção pedagógica deva ser uma preocupação única e uma “camisa-de-força”, o que somente contribuiria

para excluir, limitar e eliminar pensamentos divergentes. Além disso, preocupa-me a reelaboração de um pragmatismo utilitarista travestido de pensamento crítico, postura muitas vezes acompanhada de um pretensioso vanguardismo intelectual.

5. Quais são as consequências da adoção desse objeto de estudo para as pesquisas relacionadas com a Educação Física?

Permitir a multiplicidade de opiniões, de posturas e de enfoques sobre as diferentes manifestações da cultura corporal de movimento; possibilitar um diálogo mais fértil com outras áreas do conhecimento; induzir o surgimento de inovações intelectuais.

Isso pode conduzir à fragmentação da área de co-





nhecimento? Não creio que de forma completa, embora reconheça que subáreas podem se organizar autonomamente. Mas por que a área de conhecimento tem que caminhar inefavelmente organizada sobre uma grande manta e para um sentido único? Sempre haverá interessados nos mais diferentes temas, alguns de forma fragmentada, outros de forma articulada. Isso é inevitável (a não ser que sejamos “patrulheiros científicos”), e é saudável e louvável que escolhas possam ser feitas.

6. O que mudaria para o professor de Educação Física?

Creio que seja preciso desmistificar uma compreensão extremamente linear da relação entre os problemas no âmbito da pesquisa e no âmbito da intervenção no mer-

cado profissional. O problema maior parece ser a dificuldade de difusão e de aplicação das discussões teóricas geradas, mas isso não será necessariamente resolvido se a intervenção pedagógica for escolhida como única preocupação para a área.

O fato de existirem estudos que não têm preocupação direta com a intervenção pedagógica não traz, a priori, repercussões negativas para a compreensão da intervenção no mercado de trabalho. Ao contrário, em uma compreensão não pragmatista utilitarista, eles podem inclusive contribuir para uma reflexão mais ampla sobre as diferentes dimensões das manifestações da cultura corporal de movimento.

Faz-se necessário encontrar elementos mais diretos e menos idealistas de contribuição para a atuação do

professor, do técnico e do animador cultural, bem como mecanismos mais seguros de difusão dessas idéias, e talvez um passo interessante seria até mesmo abandonar uma certa petulância e uma postura pretensiosa de vanguar-

dismo intelectual.

7. Você tem mais alguma coisa a dizer sobre o objeto de estudo da Educação Física ou algo relacionado a esse assunto?

Não.



Amigos

Labour e consumo no espaço urbano Labour and consume in urban place

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Luís Carlos Martins

Artigos

Lazer e consumo no espaço urbano

Laisure and consume in urban place

Elizara Carolina Marin*

Valquíria Padilha**

* Professora da UFSCar

** Professora Universitária em São Carlos

Resumo: Este artigo trata das discussões das autoras sobre o lazer na sociedade moderna. Apresenta uma crítica às concepções que se baseiam no referencial teórico-metodológico funcionalista, que considera o lazer como o tempo necessário para atividades ou descanso, visando prioritariamente a compensação do trabalhador.

Abstract: This article deal with the author's discussions over leisure within a modern society. It represent a criticism to the conceptions that take the referencial of theoretical-methodological functionalism, which considers that leisure as a necessary time for activities or rest itself, seeking primarily the worker's compensation.

DISCUSSÕES ACERCA DO LAZER

Não é incorreto afirmar que o lazer sempre existiu. Todas as sociedades conheceram o lazer e, em algumas delas, o tempo para o lazer era muito superior ao que dispomos hoje. A noção de lazer foi sendo modificada com o passar dos séculos em decorrência das diferentes formas de organização social.

A civilização grega foi a que mais permitiu a realização do homem no lazer. Pode-se afirmar que o cidadão grego levava uma vida de lazer, entendido na Antigüidade como a plena expressão de suas nobres virtualidades. O trabalho, considerado degradante, era reservado aos escravos, enquanto o acesso ao lazer indicava a pertença a uma certa casta. É somente no século XIX, com o aparecimento das primeiras sociedades industriais, que o trabalho torna-se o valor central do sistema social e que o lazer, associado ao ócio e ao desperdício de tempo, é criticado do ponto de vista da economia e da moral.

O lazer moderno é marcado por três características, segundo Roger Sue (1988: 15):

uma característica material: um tempo disponível e homogêneo para a prática dos

lazer; uma característica social: a generalização dos lazeres ao conjunto da população; uma característica institucional: a coletividade pública assume a responsabilidade de certos lazeres.

Na literatura atual, o lazer é comumente analisado segundo duas variáveis: o tempo e a atitude. No que diz respeito à variável atitude, o lazer é concebido como um estilo de vida e caracteriza uma relação entre o sujeito e a experiência vivida de forma que ela propicie satisfação. A variável tempo considera o lazer segundo a idéia de tempo livre, de liberação do trabalho e das obrigações sociais diárias.

O conceito de lazer elaborado pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier (1980: 19) tem servido de referência para a maioria dos estudiosos do assunto, embora mereça alguns questionamentos. Ela pode ser assim enunciada:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

O conteúdo destas ocupações escolhidas pelo indivíduo pode variar conforme alguns interesses: físico, artístico, intelectual ou social.

Na caracterização do lazer, este autor deixa claro que a atividade deve ser desinteressada, ou seja, não pode ter fim lucrativo, utilitário ou ideológico. Quando uma atividade está ligada a alguns destes fins, deve ser chamada de “semilazer”. Assim, pode-se chamar de “semilazer”, por exemplo, o fato de um amante da jardinagem resolver plantar também algumas verduras que serão usadas em sua alimentação.

Parece complicado estabelecer, como o faz Joffre Dumazedier (1980), critérios muito determinados para tratar do

grau de autonomia das atividades de lazer em relação ao que está sendo considerado como obrigação. A definição deste autor ainda associa as atividades de lazer à satisfação de determinadas necessidades humanas — descanso, divertimento, recreação e desenvolvimento da personalidade — mas não compreende a dinâmica social na qual se manifestam essas necessidades.

Esta idéia de necessidades iguais para todos, passíveis de serem satisfeitas com atividades também iguais para todos, assemelha-se à premissa fundamental do esquema teórico do funcionalismo.¹ Então, a conceituação exposta por Joffre Dumazedier fica restrita às funções às quais o lazer pode ou não corresponder, distanciando-se da perspectiva dialética que vincula as necessidades humanas ao processo histórico e às transformações da civilização, sem hierarquizá-las.

PERCURSO NA BUSCA DE REALIZAR APROXIMAÇÕES E DISTINÇÕES CONCEITUAIS ENTRE LAZER, TEMPO LIVRE E ÔCIO

Existe uma distinção conceitual entre termos que, no senso comum, acabam sendo confundidos: lazer, tempo livre e ócio. Ócio, derivado do latim *otium*, traz consigo a idéia de tranquilidade, de repouso, de não fazer nada. No Oriente, esta palavra ganhou o significado de contemplação e, no Ocidente, de repouso.² A palavra lazer deriva do verbo *licere*, que, em latim, quer dizer “ser

1 - Para o funcionalismo, tudo o que existe numa sociedade tem um sentido, um significado para manter seu funcionamento equilibrado. A idéia de equilíbrio — fundamental para este referencial teórico-metodológico — baseia-se numa analogia entre a sociedade e o organismo, ou seja, as diferentes partes da sociedade devem estar coordenadas para conservar a unidade do sistema social como um todo homogêneo. Função e estrutura são conceitos essenciais ao funcionalismo. Sob esta ótica, os fenômenos sociais possuem causas e funções específicas para manter uma estrutura. Segundo o funcionalismo, todo fato sociocultural pode e deve ser explicado por meio de sua “função” específica no interior do grupo em questão.

2 - A origem da palavra “negócio”, em latim *neg-otium*, encontra-se na idéia de “negação do ócio”.



permitted”, “power”, or rather, leisure is linked to the idea of freedom to do.

Nelson C. Marcellino (1990: 28) suggests the use of the expression “available time” in place of “free time” since “time itself can be considered free of constraints or of social norms”. Roger Sue (1988) is another author who considers leisure as a phenomenon of society, in the measure in which exist “*determinismos sociais*” that condition relatively the choices of the individual.

Nelson C. Marcellino places leisure and idleness in the same field, highlighting that what differentiates them is the option for contemplation or for activity. As for leisure in big cities, the author affirms that it is today between

[...] the jump in the void of *bungee jump* of some and the two thirds of the population of the metropolitan region of São Paulo that go on foot because of lack of money, remembering for hours of the three hours to get to work at seven or eight. [...] Between the retirements of the inhabitants of big cities, on the holidays prolonged, clogging the roads in congestions and the habit of passing the weekends inside the house. (1992: 181).

For almost all the authors who study this theme, both in the comprehension of leisure as well as in the free time the work is being supposed as an obligation. Leisure corresponds, then, to the occupation of a part of the time liberated periodically from work, be it in the end of the week, on the holidays or on the unemployment. Parting from this understanding, there is no leisure if there is no work or any other obligation, or rather, the liberation from obligations is a condition for leisure, which ends up being taken by some authors as a “residual” activity.

It is important to highlight that the majority of the conceptions of leisure and of free time end up being conservative, in the measure in which they think of society as homogeneous, balanced, without contra-

ditions and in which leisure only occurs in the interior of the free time and is supposedly entertainment for all. These conceptions are functionalist, since they think of leisure as the time necessary for the activities or the rest that vises primarily the compensation of the worker, so that he can return to work a little more recovered.

Second to this referential theoretical-methodological, leisure is an appendix of work endowed with magical powers capable of solving or of ending with the frustrations of the disagreeable conditions of life, principally of the workers. In the attempt to criticize work, one praises leisure, considering it as the finality of existence and ideal of happiness.

Nevertheless, the reality of the daily life of the workers ends up revealing the prevalence of a functionalist free time when the leisure activities vises only the maintenance of the human being. In other words, this means to say that, in practice, the moments of leisure signify entertainment, rest and recovery of energies. But, starting from this constatation, remains a question: what is the problem of leisure being compensatory, in theory and in practice? In truth, this is only a problem when there is a concern with the human emancipation, when one aims to change the logic of capital that reigns over the time of work and the time of non-work.

Many authors end up attributing to the time of leisure and to the ludic activities the merit by itself of favoring the human emancipation. This must be questioned starting from an understanding of the totalizing reach of capital. In the capitalist society the work is alienating, leisure is not either?³ Thomas Bottomore (1968:106) says that yes.

The work and the leisure cannot be isolated one from the other, especially in its influence over the social attitudes

3 - Para enriquecer este assunto, confira DE GRAZIA, V., *La taylorisation des loisirs ouvriers: Les institutions sociales de l'industrie dans l'Italie fasciste*. In: *Recherches — Le soldat du travail*, n. 33/34, Paris, 1978.





indivíduo. O homem que gasta suas horas de trabalho numa posição subordinada, ocupado constantemente em tarefas maçantes e sem importância, em meio circundante desprovido de beleza, dificilmente será capaz de exprimir-se de maneira completa, como pessoa ativa criadora, durante o seu tempo de lazer.

Nessa linha de raciocínio, encontra-se também Simone Weil (1979: 65), que descreve, de forma pungente, a fragmentação servil que ocorre com o trabalhador em seu tempo de trabalho:

Dois fatores condicionam esta escravidão: a rapidez e as ordens. A rapidez: para alcançá-la, é preciso repetir movimento atrás de movimento, numa cadência que, por ser mais rápida que o pensamento, impede o livre curso da reflexão e até o devaneio. Chegando-se à frente da máquina, é preciso matar a alma oito horas por dia, pensamentos, sentimentos, tudo. Quer se esteja irritado, triste ou desgostoso, é preciso engolir, recalcar tudo no íntimo; irritação, tristeza ou desgosto diminuiriam a cadência. E até a alegria. As ordens: desde o momento em que se bate o cartão na chegada, elas podem ser dadas a qualquer momento, de qualquer teor. E é preciso sempre calar e obedecer. A ordem pode ser difícil ou perigosa de se executar, ou até mesmo inexequível; ou então dois chefes dando ordens contraditórias; não faz mal: calar-se e dobrar-se.

A autora enuncia como seria bom se o operário pudesse deixar sua alma junto com o cartão de ponto na chegada para retirá-la, intacta, na saída da fábrica. As horas de lazer acabam sendo inúteis diante do esgotamento provocado por este tipo de trabalho. Havemos de nos perguntar: que lazer poderia restituir o que as pessoas perdem de si no trabalho? A autora nos adverte contra os sistemas de reformas ou de transformação social anunciadores de diminuição da duração do trabalho, alegando que, se o trabalho não puder significar ação e reflexão, inúteis para a emancipação continuarão sendo as horas de não trabalho:

"Ninguém aceitaria ser escravo por duas horas; a escravidão, para ser aceita, deve durar por dia o bastante para quebrar alguma coisa dentro do homem" (Weil, 1979: 140).

Assim como a ciência e a tecnologia, o lazer também está subordinado aos limites impostos pelo capital, ou seja, está determinado pela necessidade de perpetuação do processo de maximização de lucros. Theodor Adorno (s/d: 56) diz: "(...) essa atividade que se entende em si mesma como o contrário de toda coisificação também se coisifica. (...) No tempo livre, continuam as formas da vida social organizadas segundo o regime do lucro".

O atrelamento do lazer ao uso de equipamentos e a associação entre lazer e consumo são dois fatores fundamentais para a compreensão da crítica que está sendo feita aqui.

Parece não haver uma idealização do lazer que não considere a necessidade de equipamentos, ou seja, ao se pensar em lazer pensa-se em equipamentos que propiciem a diversão. O equipamento acaba por fazer parte da conceituação de lazer na medida em que espaços de lazer — públicos ou privados — devem ser ocupados com brinquedos, piscinas, quadras, lanchonetes, cinemas etc. O lazer se concretiza no e durante o usufruto destes equipamentos, configurando-se numa explicitação do apelo do mercado ao consumo.

Então, associar o lazer a bens, equipamentos e mercadorias é uma idéia que nos barbariza, pois arrebatada para além de nós, para o exterior — por meio do consumo — o encontro com a arte, com o lúdico, com a diversão, dimensões que deveriam estar presentes em tudo o que fazemos, independentemente da posse ou não de mercadorias.

Expressões como "aqui não tem nada" em termos de lazer, presente nas falas populares, apontam este atrelamento do lazer ao uso e ao consumo de determinados equipamentos.⁴ Essas ex-

4 - Contudo, é importante ressaltar que, ao ultrapassar o aparente e entrar no cotidiano das camadas populares, percebe-se a recriação de espaços e de formas para a vivência do lazer ligado às relações familiares, ao bate-papo e aos jogos de



pressões apontam tanto a ideologia mercadológica inculcada pela lógica do capital como a exclusão social, a partir das possibilidades de uso desses bens. Caminhando nesta direção, Nelson C. Marcellino (1983: 59) afirma que

os equipamentos urbanos para o lazer, quando concebidos, quase sempre são assumidos pela iniciativa privada, que os vê como uma mercadoria a mais para atrair o consumidor. As possibilidades oferecidas em termos de lucro são critérios levados em conta para a construção e a manutenção em funcionamento dos equipamentos de lazer.

Parques de diversão, clubes privados, cassinos e *shopping centers* são os exemplos mais claros desta associação entre lazer, entretenimento, equipamentos e consumo. Estes espaços de lazer ocupados por equipamentos são mantidos de acordo com as regras da sociedade capitalista, não oferecendo, de forma geral, possibilidades de criação e de reflexão. É de esperar que esses equipamentos de lazer sejam construídos nos centros das cidades, em áreas nobres e/ou distantes dos centros urbanos, atendendo àqueles que podem consumi-los. Em contrapartida, para os economicamente desfavorecidos que habitam as periferias das cidades, a residência e a rua acabam sendo os principais espaços para a vivência do lazer.

Tal como se apresenta hoje, o lazer é uma atividade de consumo. Essa afirmação compreende o seguinte: 1) se as atividades de lazer são transformadas em mercadorias a serem consumidas, o lazer está perfeitamente integrado ao sistema econômico do qual faz parte; e 2) se este sistema econômico tem o consumo de mercadorias como pilar de sustentação, não só as atividades de lazer tornam-se mercadorias, como o próprio tempo de lazer configu-

cartas nos bares e padarias, às festas de santos e aos aniversários. Sobre esse assunto, confira: MAGNANI, G., *Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade*, São Paulo, Brasiliense, 1984; e MARIN, Elizara Carolina, *O lúdico na vida: Colônias de Vale Vêneto*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 1996.

ra-se em tempo para consumir mercadorias.

Sobre a relação entre lazer e consumo nos dias atuais, Roger Sue (1988: 30) é categórico ao afirmar que

o lazer tornou-se um produto da sociedade industrial; ele é ao mesmo tempo um tempo disponível e um objeto de consumo. Ele se vende e se compra. Ele entrou no sistema de consumo em que ele contribui para desenvolver na medida em que o tempo disponível para o consumo tende a aumentar. Lazer e consumo estão estreitamente ligados.

Parece inevitável, então, que o lazer implique numa relação de consumo. Parece evidente também que este tipo de lazer vinculado ao consumo assume características próprias de acordo com a camada social que dele se ocupa. Em outras palavras, isso quer dizer que o que se consome no tempo de lazer do operário não é o mesmo que se consome no tempo de lazer do presidente da fábrica, por exemplo. Os tipos de atividade, programa ou diversão consumidos no lazer não são os mesmos para o patrão e para o empregado.⁵ Sabe-se que a fração orçamentária destinada ao lazer é muito mais elevada nas camadas superiores. Isso demonstra que as distinções sociais ou a desigualdade se reproduzem na esfera do lazer da mesma forma que nas outras esferas da vida.

Numa economia que elabora incessantemente formas de aquisição de lucro e mecanismos de dominação exercidos por uma pequena parte da população, a produção geral — tanto de mercadorias como de serviços — é movida pela ideologia social do crescimento e pela necessidade individual de consumo.⁶ O lazer vem recebendo nas últimas décadas grandes investimentos em termos de “construção” de equipamentos (como parques, *shopping*

5 - Confira: FORJAZ, M. C., *Lazer e consumo cultural das elites*, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, São Paulo, 1988.

6 - Cf. SANTOS, Milton, *Pensando o espaço do homem*, São Paulo, Hucitec, 1997, p. 14.

centers, bares, casas noturnas, pacotes turísticos) e em termos de marketing, para estímulo do consumo desse tipo de lazer.

ESPAÇO, CONSUMO E SHOPPING CENTER

O espaço, categoria básica da vida humana, juntamente com o tempo, estabelece vínculos com os processos sociais, econômicos e culturais e continuamente sofre alterações para acompanhar as transformações da sociedade. Assim, ele acaba por confundir-se com a própria ordem social, pois não é uma dimensão social independente. Para compreender o espaço, é preciso compreender as relações sociais que nele se estabelecem, tendo em vista que o espaço constrói a sociedade ao mesmo tempo que a sociedade constrói o espaço. Certamente não há nenhum sistema social em que não exista uma noção própria de espaço (e de tempo). Neste contexto, Milton Santos (1997: 38,22) sabiamente enuncia: nos espaços, “a forma é alterada, renovada, suprimida para dar lugar a uma outra forma que atenda às necessidades novas da estrutura social”. Assim, esvaziam-se as áreas rurais e crescem as cidades. Com o crescimento das cidades, crescem também as diferenças de classes e de oportunidades, crescem as distâncias entre trabalho e residência, cresce a distância entre os homens. O mesmo autor alerta sobre o fato de que “nas cidades, a proximidade física não elimina o distanciamento social nem tampouco facilita os contatos humanos não funcionais (...). O que une, no espaço, é a sua função de mercadoria ou de dado fundamental de mercadoria”.

As áreas verdes e as praças públicas nos centros das cidades são cada vez mais reduzidas, sobretudo nas periferias. Em seus lugares são construídos arranha-céus e novos investimentos de produção e especulação mercadológica. Esses espaços poderiam favorecer o encontro ocasional e propiciar vivências prazerosas no tempo livre das pessoas, mas o que se observa é que eles estão sendo subutilizados, depredados e compreendidos como ameaçadores à integridade dos indivíduos.

No Brasil, como coloca Carlos Rodrigues Brandão (1994: 29),



as pessoas não internalizam o fato de que os espaços públicos lhes pertencem; daí a dificuldade de usufruir deles e de zelar por eles. O autor afirma que “a percepção comum entre nós é assim: aquilo que é público não é meu e, mesmo que também não seja efetivamente do Estado, é uma questão dele”.

Roberto Damatta (1985: 17), em interessante ensaio antropológico, diz: “Na rua, a vergonha da desordem não é mais nossa, mas do Estado. Limpamos ritualmente a casa e sujamos a rua sem cerimônia ou pejo...” Pode-se dizer que isso ocorre porque, na maioria das vezes, os espaços públicos são pensados e construídos pelo poder público (municipal ou estadual) sem a participação popular. Conseqüentemente, a população não estabelece uma identificação com estes espaços, não os pensa como seus ou como extensões de sua casa.⁷ Além disso, é evidente o descaso do poder público em relação à conservação destes espaços e à implementação de políticas educativas e de animação no campo do lazer.

Roberto Damatta (1985: 47) faz algumas considerações acerca da oposição entre “casa” e “rua” como referências a “espaço privado” e “espaço público”, respectivamente. A rua, ao contrário da casa, é lugar “de individualização, de luta e de malandragem. Zona onde cada um deve zelar por si, enquanto Deus olha por todos (...)”, é lugar de fluidez, de movimento e de perigo. Na rua passamos despercebidos, somos indivíduos anônimos e nos comportamos de forma negativa: jogamos o lixo para fora de casa, não obedecemos às regras do trânsito e depredamos o bem comum. Segundo este antropólogo, a rua tem um código fundado em mecanismos impessoais em que as leis são mais dominantes que as pessoas. Assim, fica difícil para um cidadão “comum” modificar o lugar público da rua.

7 - Sobre esse assunto, confira BRHUNS, H. T., A proposta carente de lazer X espaços de lazer dos carentes. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 11, n. 3, pp. 210-214, 1990.





Expressões como “vá para o olho da rua” ou “estou na rua da amargura” estão intimamente relacionadas ao *status* de indivíduo isolado e sozinho que corresponde ao espaço público. Nesse sentido,

[...] ser posto para fora de casa significa algo violento, pois, se estamos expulsos de nossas casas, estamos privados de um tipo de espaço marcado pela familiaridade e pela hospitalidade perpétuas que tipificam aquilo que chamamos de ‘amor’, ‘carinho’ e ‘consideração’. Do mesmo modo, ‘estar em casa’ ou sentir-se em casa fala de situações onde as relações são harmônicas e as disputas devem ser evitadas (Damatta, 1985: 46).

Então, enquanto o espaço público é violento, inseguro e deteriorado, o espaço privado, familiar é o espaço da calma, do repouso, da diversão, da segurança, da inter-relação entre iguais. Espaços que asseguram estas características cada vez mais fazem parte dos investimentos da iniciativa privada, que procura combinar segurança, lazer e consumo. Assim são os *shopping centers*. Numa pesquisa realizada em *shopping centers* da cidade de São Paulo, Heitor Frúgoli (1989) destaca que “comodidade”, “segurança”, “aconchego”, “praticidade”, “modernidade” e “progresso” são alguns atributos dados a esses espaços por seus frequentadores.

Os *shopping centers*, que surgiram nos Estados Unidos na década de 50, aparecem como lugares de consumo que oferecem a alternativa de lazer para os grupos de médio e de alto poder aquisitivo. São espaços privados do meio urbano que incorporam o público, têm o consumo como pilar de sustentação e o lazer como atrativo diferenciado para as compras. As camadas mais baixas da sociedade circulam pelo centro da cidade, enquanto o *shopping center* é palco do vai-e-vem de uma elite que entende os códigos próprios deste espaço. Algumas lojas dos *shopping centers*, por exemplo, anunciam “*sale*” nas vitrines quando estão em liquidação, porque se supõe que as pessoas que frequentam esse espaço têm o conhecimento básico da língua inglesa como parte de seu

“capital cultural”.

Localizados em pontos previamente estudados e com amplos estacionamentos, os *shopping centers* são caracterizados pelo planejamento centralizado, pela funcionalidade e pela homogeneização. O que se percebe nos tempos atuais é uma monotonia ou uma produção padronizada dos espaços: em diferentes cidades e países, observam-se ambientes idênticos, como é o caso de *shopping centers*, galerias, hotéis e aeroportos. Assim, a homogeneidade típica dos *shopping centers* modernos acaba por negar um princípio urbano básico do uso do espaço público: a heterogeneidade, a diversidade.⁸

Segundo a ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers), o lazer é um importante fator de atração num *shopping center*: “Entre dois *shopping centers*, o consumidor sempre preferirá ir ao que possua uma área de lazer. A área de lazer é um gancho que começa a ter importância numa decisão de sair de casa.”⁹ A partir daí, fica clara a intenção de associar consumo a lazer num mesmo espaço.

Com o desenvolvimento do capitalismo e o crescimento das cidades, o consumo passou a ser uma esfera da vida social que registra a urbanidade. O espaço urbano define-se, então, como o *locus* da produção de bens e serviços e da circulação. A contemplação dos objetos aumenta a intensidade de consumo nos grandes centros urbanos, vitalizando um mundo de ilusões. A indústria cultural vem reforçar a ilusão, entrelaçando o capital cultural com o capital econômico.¹⁰ Esse enlace, no entanto, é marcado pela idéia de democratização de possibilidades a partir do consumo,

8 - Cf. AUGÉ, Marc, *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*, Campinas: Papirus, 1994.

9 - ABRASCE, *As vantagens do shopping center e o comércio tradicional de rua*, Biblioteca Técnica e EMBRAPLAN (Empresa Brasileira de Planejamento), n. 6, Rio de Janeiro, p. 22.

10 - Sobre a idéia de “capital cultural”, confira BOURDIEU, P., *Gostos de classe e estilos de vida*, in ORTIZ, R. (org.), *Pierre Bourdieu* n. 39, São Paulo, Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais.)



que encobre a diferença de classes sociais. Um bem pode até ser produzido com o objetivo de ser consumido por distintas camadas sociais, mas o modo de apropriação deste bem e sua utilização virão, indubitavelmente, explicitar os recortes sociais que geram os excluídos.

David Harvey (1993: 79) chama a atenção para o fato de que a pós-modernidade nas cidades gera um zoneamento de mercado baseado na capacidade de pagar, criando novos padrões de conformidade para as paisagens urbanas. Dessa forma, a distinção entre grupos sociais se sobressai, confirmando a tese de que práticas espaciais (e temporais) nunca são neutras nos assuntos sociais. Ele diz que “o populismo do livre mercado, por exemplo, encerra as classes médias nos espaços fechados e protegidos dos *shopping* e átios, mas nada faz pelos pobres, exceto ejetá-los para uma nova e bem tenebrosa paisagem pós-moderna de falta de habitação”.

Este autor, parafraseando Foucault e Lefebvre, afirma que o espaço é sempre um continente de poder social. Nesse sentido, existe uma tensão constante entre a livre apropriação do espaço para fins individuais ou sociais e o domínio do espaço pela propriedade privada, pelo Estado ou por outras formas de poder de classe social. Então, vale ressaltar que não pode haver uma política do espaço independente das relações sociais que nele ocorrem.

O mesmo autor lembra que, na época do Iluminismo, vencer as barreiras espaciais era a maior meta dos revolucionários, mostrando que existe nas pessoas uma consciência de que a apropriação do espaço reflete, na verdade, uma forma de desigualdade social. Assim, “a derrubada de portões, o cruzamento de fossos de castelos, o caminhar ao bel-prazer em lugares onde já fora proibido entrar, a apropriação de um certo espaço que teve de ser aberto e invadido, foi o primeiro deleite da Revolução [Francesa]” (Ozouf apud Harvey, 1993: 234).

Todas as questões abordadas aqui apontam para a compreensão de que o uso do tempo livre revela diferenças na apropria-

ção desse tempo, no uso dos espaços e no acesso aos bens produzidos. Revela, enfim, as distinções entre as classes sociais, contradizendo um discurso dominante de que tanto o consumo como o lazer são elementos de democratização de possibilidades.

Pensando com Paulo Salles de Oliveira (1986: 12),

numa sociedade criada e fundada sob o signo da desigualdade e da dominação, na qual os detentores do capital compram a força de trabalho dos despossuídos de capital, não há lugar para democracia de oportunidades.

BIBLIOGRAFIA

- ABRASCE. *As vantagens do shopping center e o comércio tradicional de rua*. Rio de Janeiro, Biblioteca Técnica e EMBRAPLAN (Empresa Brasileira de Planejamento), n. 6
- ADORNO, T. *Tiempo libre*. In: *Consignas*, Amorrortu ed., s.d.
- AUGÉ, M. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, Papirus, 1994.
- BOTTOMORE, T. B. *Indústria, trabalho e socialismo*. In: *As classes na sociedade moderna*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- BOURDIEU, P. *Gostos de classe e estilos de vida*. In: ORTIZ, R. (org.), *Pierre Bourdieu*. n. 39. São Paulo, Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais.)
- BRANDÃO, C. R. *Espaços públicos de lazer e cidadania*. In: *A paixão de aprender*. n. 6. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação, 1994.
- BRHUNS, H. T. *A proposta carente de lazer X espaços de lazer dos carentes*. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. v. 11, n. 3. 1990.
- DAMATTA, R. *A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985.





- DE GRAZIA, V. *La taylorisation des loisirs ouvriers: Les institutions sociales de l'industrie dans l'Italie fasciste*. In: *Recherches — Le Soldat du travail*. n. 33/34. Paris, 1978.
- DUMAZEDIER, J. *A teoria sociológica da decisão*. São Paulo, SESC, 1980. (Série Lazer.)
- FORJAZ, M. C. Lazer e consumo cultural das elites. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 3, n. 6. São Paulo, 1988.
- FRÚGOLI, H. *Os shopping centers de São Paulo e as formas de sociabilidade no contexto urbano*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, USP, São Paulo, 1989.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1993.
- MAGNANI, G. *Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MARCELLINO, N. C. Perspectivas para o lazer: Mercadoria ou sinal de utopia?. In: MOREIRA, Wagner (org.). *Educação física & esportes — Perspectivas para o século XXI*. São Paulo, Papirus, 1992.
- _____. *Lazer e educação*. São Paulo, Papirus, 1990.
- _____. *Lazer e humanização*. Campinas, Papirus, 1983.
- MARIN, E. C. *O lúdico na vida: Colônias de Vale Vêneto*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- OLIVEIRA, P. S. Tempo livre, trabalho e lutas sociais. In: *Reflexão: Lazer e trabalho*. Ano XI, n. 35. Campinas, Puccamp, 1986.
- PADILHA, V. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas, Alínea, 2000.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- SUE, R. *Le loisir*. Paris, P.U.F., 1998. (Coleção Que sais-je?)
- WEIL, S. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

É difícil elaborar uma monografia de pós-graduação?

Is it difficult prepare on post-graduation monograph?

Ricardo Figueiredo Pinto*

Co-autoras:

Shirley Mara de Almeida Nauar*

Glória Cristina Miranda Araújo**

* Professores da UEPA.

** Pós-Graduada em Saúde e Desporto.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a partir da Resolução 12/83 do extinto Conselho Federal de Educação, hoje Conselho Nacional de Educação, os cursos de pós-graduação em nível de especialização passaram a ter, em praticamente 100% dos casos, uma exigência básica: todos os participantes teriam de elaborar um trabalho de conclusão chamado de monografia.

É importante que profissionais das mais diversas áreas que pretendem atuar como docentes no ensino superior possuam um mínimo de conhecimento de como se realiza uma pesquisa científica. A pós-graduação em nível de especialização parece ser um bom começo, considerando que muitos cursos de graduação não possuem programas de iniciação científica, bem como não exigem de seus futuros graduandos um trabalho de conclusão de curso (TCC) em forma de pesquisa.

Destacamos também que a legislação hoje em vigor no ensino brasileiro, a Lei 9.394/96 — a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) —, exige como requisito básico para atuação no 3º grau a titulação mínima de mestre, o que vem reforçar a necessidade de o docente do ensino superior saber desenvolver uma pesquisa científica.

Resumo: Este estudo teve como objetivo central identificar as principais dificuldades de elaboração de uma monografia de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização.

Abstract: This study had as central objective to identify which are the main difficulties of elaborating a monograph of conclusion of masters degree course in specialization level.

Atuando há aproximadamente dez anos como docente em cursos de pós-graduação em nível de especialização e particularmente nos módulos *metodologia da pesquisa e orientação acadêmica*, temos observado que um grande número de estudantes não conclui seu curso e que a grande maioria da inadimplência está relacionada à não entrega da monografia de conclusão de curso. Observamos também que a maioria dos alunos dos cursos de especialização inicia sua pesquisa visando a elaboração da monografia de final de curso somente quando termina todos os módulos do curso. Isso gera vários problemas ao pesquisador iniciante, principalmente no que se refere à dificuldade de orientação acadêmica, uma vez que os módulos do curso já terminaram e há pouco tempo disponível para que o pós-graduando conclua sua pesquisa.

Várias são as questões que podemos levantar a respeito das principais razões que dificultam a elaboração da monografia de conclusão de curso dos pós-graduandos. Neste estudo, limitamos a levantar as seguintes questões: Quais são as maiores dificuldades encontradas para se elaborar uma monografia? Qual é a importância de um orientador acadêmico na elaboração de uma monografia? Qual é a importância do módulo *metodologia da pesquisa* na elaboração de uma monografia? Qual é a importância do módulo *orientação acadêmica* na elaboração de uma monografia? O fato de ter que defender oralmente a monografia dificulta sua conclusão? Qual é o tempo necessário para a elaboração de uma monografia? É importante elaborar uma monografia de conclusão de curso? Por quê? É importante defender oralmente a monografia produzida? Por quê?

A partir dessas questões, tivemos aqui os seguintes objetivos: realizar um estudo sobre como se deve desenvolver uma monografia de conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização a partir de autores brasileiros; identificar as principais dificuldades encontradas pelos pós-graduandos para a elaboração de uma monografia de conclusão de curso; identificar o

tempo que cada pós-graduando levou para elaborar sua monografia de conclusão de curso; saber dos pós-graduandos qual é a necessidade de um orientador acadêmico para elaborar uma monografia de final de curso; identificar junto aos pós-graduandos qual é a importância dos módulos *metodologia da pesquisa e orientação acadêmica* para a elaboração da monografia de conclusão de curso; conhecer os principais motivos que contribuíram para a não elaboração da monografia de conclusão de curso por parte dos pós-graduandos; saber dos pós-graduandos qual é a importância e a necessidade de se elaborar uma monografia de conclusão de curso; saber dos pós-graduandos qual é a importância e a necessidade de se defender oralmente a monografia de conclusão de curso.

A metodologia adotada foi a seguinte: a investigação será desenvolvida a partir de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa de campo de caráter exploratório. A população do estudo será composta de ex-alunos de cursos de pós-graduação em nível de especialização das cidades de Belém, Muzambinho, Santa Fé do Sul, Santo André e Volta Redonda. A amostra do estudo será composta pelo universo dos alunos dos cursos discriminados a seguir: Educação Motora (Santo André, 1997 e 1998); Treinamento Desportivo (Santo André, 1997 e 1998); Saúde e Desporto (Belém, 1998); Educação Infantil (Belém, 1998); Conservação, Preservação e Manejo de Recursos Naturais (Belém, 1999); Treinamento Desportivo (Muzambinho, 1997 e 1998); Treinamento Desportivo (Santa Fé do Sul, 1998); Administração Estratégica (Volta Redonda, 1998); Ortodontia (Volta Redonda, 1998); Psicoterapia (Volta Redonda, 1998); Psicopedagogia (Volta Redonda, 1997); Educação Motora e Esportes (Volta Redonda, 1997).

Para a pesquisa, foram utilizados dois questionários composto de perguntas abertas e fechadas: um para os pós-graduandos e outro para os coordenadores dos cursos já realizados ou, na impossibilidade de esses responderem ao questionário, para o atual coordenador de pós-graduação da instituição. Os questionários foram encaminhados pelo correio e as respostas poderiam ser en-

caminhadas também pelo correio (porte-pago), por fax ou por e-mail. O tratamento dos dados coletados durante a investigação foi feito de forma quantitativa e qualitativa.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Apresentaremos aqui uma síntese da estrutura básica de uma monografia a partir de autores nacionais e estrangeiros que têm suas obras traduzidas para a língua portuguesa. As obras que foram selecionadas são freqüentemente consultadas nos cursos de especialização em que atuo e podem ser encontradas com certa facilidade nas bibliotecas das universidades em que os cursos são ministrados e nas livrarias das cidades que foram objeto deste estudo.

OLIVEIRA (1998) apresenta a estrutura básica de uma monografia da seguinte forma:

1 – Elementos do pré-texto (capa, página de rosto, ficha catalográfica, frases ou pensamentos, agradecimentos, sumário, lista de figuras, tabelas, abreviaturas ou siglas e lista de símbolos, resumo).

2 – Elementos do texto (projetos, introdução, objetivos, problema, revisão da literatura ou quadro teórico, hipóteses e variáveis, método utilizado, plano de pesquisa).

3 – Elementos de pós-texto (bibliografia e referências bibliográficas).

Para FRANÇA & FREITAS (1997), a monografia deve ter a seguinte estrutura:

1 – Elementos preliminares (capa, falsa folha de rosto, folha de rosto, folha de créditos, dísticos, dedicatória, agradecimentos, sumário e prefácio).

2 – Elementos do texto (introdução, discussão do assunto, conclusão).

3 – Elementos pós-liminares (anexos, apêndices, referências bibliográficas, bibliografia, índice).

Para SALOMON (1996), a monografia pode ser representada a partir de fluxograma para sua elaboração, mas para a estrutura básica ele recomenda observarmos as normas científicas em vigor — no Brasil, a ABNT — para a elaboração do texto final da monografia:

- 1 – Identificação
- 2 – Sumário
- 3 – Introdução
- 4 – Desenvolvimento
- 5 – Metodologia
- 6 – Apresentação dos Dados
- 7 – Análise dos dados
- 8 – Conclusão
- 9 – Bibliografia

ANDRADE (1995) apresenta como estrutura básica para a apresentação de uma monografia os seguintes itens:

1 – Parte pré-textual (folha de rosto, página de aprovação, epígrafe/dedicatória, agradecimentos, sumário).

2 – Texto (introdução, desenvolvimento e conclusão).

3 – Parte pós-textual (apêndice, anexos, bibliografia, contracapa).

Para CERVO & BERVIAN (1983), a estrutura básica de uma monografia, chamada por eles de relatório de pesquisa, pode ser apresentada de duas formas: como um relatório de pesquisa bibliográfica e como um relatório de pesquisa experimental, cada uma delas organizada como apresentamos a seguir:

Relatório de pesquisa bibliográfica

1 – Identificação da instituição, título do relatório, autor, local e data em que foi produzido o relatório

2 – Sumário

3 – Introdução

4 – Referencial teórico (dividido em capítulos)



- 5 – Conclusão
- 6 – Bibliografia

Relatório de pesquisa experimental

- 1 – Identificação da instituição, título do relatório, autor, local e data em que foi produzido o relatório
- 2 – Sumário
- 3 – Introdução
- 4 – Fundamentação teórica (dividida em capítulos)
- 5 – Hipótese
- 6 – Definição operacional das variáveis
- 7 – Amostragem
- 8 – Instrumento da pesquisa
- 9 – Procedimento
- 10 – Análise dos dados
- 11 – Discussão dos resultados
- 12 – Conclusão
- 13 – Bibliografia
- 14 – Anexos

Várias outras obras foram pesquisadas, mas nelas não encontramos, de forma clara, indicações da estrutura básica de uma monografia. Os autores a que me refiro são REY, 1997; ANDRÉ, 1995; CAMPANA, 1995; GIL, 1991; VOTRE, 1991; TRIVIÑOS, 1990; GEWANDSZNAJDER, 1989; RUDIO, 1989; ECO, 1989; KIDDER, 1987; THIOLENT, 1986; SILVA & PINTO, 1986; GALLIANO, 1986.

Além dessas obras consultamos também as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) — NBR 10.719/89 —, que indicam a seguinte estrutura básica para um relatório científico:

- 1 – Preliminares ou pré-texto
- 2 – Texto

3 – Pós-preliminares ou pós-textos

A partir do exposto, é importante destacar que muitos dos autores pesquisados não explicitam a forma por meio da qual os pós-graduandos devem elaborar suas monografias. Muitos, ao sugerir uma estrutura de elaboração de monografia, não se baseiam nas normas da ABNT, no que perdem uma oportunidade de divulgar as normas vigentes no Brasil.

PESQUISA DE CAMPO — APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS


Os dados que constituem o Quadro 1 foram coletados nas secretarias dos cursos. O questionário encaminhado aos alunos dos cursos de pós-graduação em nível de especialização continha dez questões. É importante destacar que nenhum dos coordenadores dos cursos ou seus substitutos responderam e enviaram os questionários a eles encaminhados. Quanto aos alunos, tivemos um retorno de 60% do universo pesquisado, o que corresponde a 276 questionários devolvidos.

As respostas subjetivas apresentadas da segunda questão do questionário em diante serão organizadas na forma de síntese conclusiva a partir de nossa análise, destacando o que consideramos mais relevante.

Questão 1 — Você concluiu o curso de especialização?

No Quadro 1 (pág. 44) observa-se que, entre os quinze cursos analisados, dois não previam a elaboração de monografia, o que reduz de 460 para 400 o número de alunos que deveriam elaborar monografia de conclusão de curso. Destes 400 alunos, 218 efetivamente concluíram seus cursos, o que corresponde a 54,5%. Dos treze cursos que previam a entrega de monografia, oito apresentaram uma média superior a 50% de alunos que entregaram a monografia. Apesar deste resultado, ainda é grande o

Quadro 1: Estatística dos alunos que concluíram e dos que não concluíram o curso de especialização.



Cidade	Curso	Período	Alunos matriculados	Alunos que concluíram
1. Santo André	Educação Motora	1996	27	7 (26%)
2. Santo André	Educação Motora	1998	22	5 (23%)
3. Santo André	Treinamento Desportivo	1997	31	8 (26%)
4. Santo André	Treinamento Desportivo	1998	33	7 (21,2%)
5. Belém	Saúde e Desporto	1998	45	17 (38%)
6. Belém	Educação Infantil	1998	40	37 (93%)*
7. Belém	Conservação, Preservação e Manejo de Recursos Naturais	1999	18	17 (95%)
8. Muzambinho	Treinamento Desportivo	1997	34	27 (79%)
9. Muzambinho	Treinamento Desportivo	1997	22	13 (59,1%)
10. Santa Fé do Sul	Treinamento Desportivo	1998	60	46 (77%)
11. Volta Redonda	Administração Estratégica	1998	18	13 (72%)
12. Volta Redonda	Ortodontia	1998	20	19 (95%)
13. Volta Redonda	Psicoterapia	1998	37	19 (51,5%)
14. Volta Redonda	Psicopedagogia	1997	30	20 (67%)
15. Volta Redonda	Educação Motora e Esporte	1997	33	**
Total	15		460	255

* Neste curso foi exigido um estágio em que se desenvolvessem atividades em Educação Infantil.

** Neste curso não foi exigida monografia para a conclusão do curso.

número de alunos que não elaboraram seu trabalho de conclusão de curso.

Questão 2 — Em caso negativo, quais foram as principais razões?

As respostas apresentadas não continham informações que possibilitassem uma análise mais profunda. Elas nos pareceram apenas algumas explicações daqueles que não concluíram o trabalho para justificar a não elaboração da monografia.

Questão 3 — Em caso positivo, quais foram as principais dificuldades encontradas na elaboração da monografia?

A partir das respostas apresentadas à questão 3, ficou claro que todos os alunos encontraram algum tipo de dificuldade na elaboração da monografia, mas superaram as dificuldades e puderam concluir seu curso. Destacamos como principais dificuldades apresentadas o pouco tempo disponível para a elaboração do trabalho; a falta de base teórica na graduação; a falta de domínio de metodologias de pesquisa; e a falta de orientador acadêmico durante o curso ou durante a elaboração da monografia.

Questão 4 — Na sua opinião, qual é a importância de se ter um orientador acadêmico na elaboração de uma monografia de conclusão de curso?

O que nos surpreendeu nas respostas a essa questão foi que apenas em uma delas se afirma que o orientador acadêmico não tem muita importância. Nas demais respostas (99%), admite-se a importância do orientador acadêmico para a elaboração da monografia de conclusão de curso. O posicionamento apresentado é bastante relevante, pois acreditamos que, se os alunos tivessem base, referências de como se elabora uma monografia, não



sentiriam tanta necessidade de um orientador em “tempo integral”. Nesse caso, a orientação provavelmente se daria mais em função do conteúdo do que em função do conteúdo e da forma.

Questão 5 — Na sua opinião, qual é a importância do módulo metodologia da pesquisa para a elaboração de uma monografia de conclusão de curso?



Analisando as respostas, verifica-se a importância e a necessidade do módulo *metodologia da pesquisa* para os cursos de especialização. Acreditamos que este módulo deverá permanecer por algum tempo nos cursos de especialização que exijam monografia ou projeto de pesquisa para a conclusão do curso.

Questão 6 — Na sua opinião, qual é a importância do módulo orientação acadêmica ou seminário de monografia para a elaboração de uma monografia de conclusão de curso?

Somente um aluno declarou não saber responder a essa pergunta. Pelas respostas apresentadas, fica claro que os módulos *seminário de monografia* ou *orientação acadêmica* são importantes para a elaboração da monografia, mas elas também nos levam a inferir que o verdadeiro objetivo destes módulos não está claro.

Questão 7 — Na sua opinião, o fato de ter que defender oralmente a monografia dificulta a conclusão?

Para nós, foi uma surpresa o fato de que a grande maioria respondeu que não há uma dificuldade na defesa oral da monografia, pois a obrigatoriedade da defesa oral, prevista em alguns cursos, tem provocado queixas dos alunos. Um outro fato que nos chamou a atenção foi a “denúncia” de que alguns pós-graduandos pagam para que alguém elabore a sua monografia, o que fatalmente dificultaria a defesa oral. Em relação às respostas

positivas, é importante destacar que a principal dificuldade está relacionada com o ato de falar em público sobre o trabalho realizado, pois existe muita insegurança por parte dos alunos.

Questão 8 — Na sua opinião, qual é o tempo necessário para a elaboração de uma monografia de conclusão de curso? A resposta pode ser dada em meses, dias ou horas.

O tempo necessário para a elaboração de uma monografia, segundo o ponto de vista dos alunos, variou entre 3 e 12 meses, sendo que 6 meses foi a resposta mais freqüente. É importante destacar que somente em uma resposta foi mencionada a diferença de tempo necessário para a realização de uma pesquisa bibliográfica e para a realização de uma pesquisa de campo. Deu-se muita ênfase aos problemas pessoais de organização do tempo disponível, o que nos parece mais uma falta de experiência em administrar melhor o tempo disponível do que a falta de tempo propriamente dita. Outro dado que julgamos relevante salientar é a pouca ênfase dada à relação existente entre o objeto de estudo escolhido e o tempo adequado para o desenvolvimento da monografia. Acreditamos também que, em geral, o tempo para a elaboração de uma monografia de especialização não deve ultrapassar 3 meses após a conclusão do último módulo do curso.

Questão 9 — Na sua opinião, é importante elaborar uma monografia de conclusão de curso? Por quê?

Esta foi a única questão para qual as respostas foram unânimes. Todos consideraram importante elaborar uma monografia de conclusão de curso, e as principais justificativas apresentadas estão na divulgação de conhecimentos que servirão de base para futuras pesquisas. Esta questão vem confirmar a importância e a necessidade de se exigir a produção de uma monografia de conclusão de curso de especialização. Por isso acreditamos que, mes-



mo que ela não seja uma exigência, a elaboração do trabalho de conclusão deve ser estimulado. Neste sentido, algumas experiências têm sido feitas na Faculdade de Educação Física de Santo André (SP), e os resultados têm sido positivos.

Questão 10 — Na sua opinião, é importante defender oralmente a monografia produzida? Por quê?

Com relação a esta última questão, somente duas respostas foram negativas, ou seja, somente dois informantes não acreditam na importância de se defender oralmente a monografia produzida, e uma das respostas não expressou a opinião do informante. Nas demais respostas, a importância da defesa oral das monografias produzidas foi ressaltada. Mais uma vez aparece nas respostas a “denúncia” a respeito de alunos que pagam a terceiros para fazerem sua monografia. Acreditamos que a apresentação oral do trabalho produzido é da maior importância, não necessariamente como forma de avaliação e sim como possibilidade de comunicação e de divulgação do trabalho.

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada, que traz como título uma indagação, confirma o fato de que elaborar uma monografia de final de curso não é tarefa das mais fáceis. Isso fica claro a partir do número de alunos que não concluiu seu curso devido à não entrega do trabalho de conclusão, conforme foi exposto no Quadro 1. Entretanto, acreditamos que as dificuldades encontradas pelos alunos na elaboração de seus trabalhos de conclusão de curso podem ser superadas se houver um intenso trabalho de orientação desde o início do curso.

Outro aspecto importante que o estudo revela é que as principais dificuldades encontradas por esses alunos começam na graduação, em que não existe a prática de se fazer pesquisa. Essa é

uma conclusão que vem complementar uma pesquisa anterior, que tratou de estudar como vai a iniciação científica em Educação Física no Brasil, publicada na revista *Corpoconsciência 4*.

Acreditamos também que os coordenadores dos cursos de especialização devem criar mecanismos para melhor orientar os alunos quanto à organização pessoal do tempo de estudo para se desenvolver uma pesquisa científica, garantir orientação acadêmica que vise melhorar o nível do trabalho a ser produzido, destacar a importância, de maneira bem específica, dos módulos *metodologia da pesquisa e orientação acadêmica*, ressaltando a importância de um trabalho de conclusão de curso e da sua apresentação de forma oral em eventos acadêmicos e científicos.

Ao finalizar, podemos afirmar que a investigação muito contribuiu para que refletíssemos sobre nossa atuação como docentes em cursos de especialização nos módulos *metodologia da pesquisa e orientação acadêmica*, pois as respostas apresentadas nos fazem rever e aprofundar vários conceitos sobre a importância desses módulos para a elaboração de monografias de conclusão de curso e principalmente sobre nossa maneira de atuar como orientadores acadêmicos em várias pesquisas no Brasil.

Respondendo à pergunta que é título desta pesquisa, continuo acreditando que não é difícil elaborar uma monografia de pós-graduação em nível de especialização. O que falta, verdadeiramente, é uma melhor programação, uma melhor metodologia, organização e orientação daqueles que são responsáveis pelos cursos de especialização. Quanto aos alunos dos cursos, penso que se faz necessária uma maior participação, determinação, objetividade, interesse e organização, para que possam superar as dificuldades encontradas no caminho.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M. M. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação*. São Paulo, Atlas, 1995.
- ANDRÉ, Marli E. D. A. de. *Etnografia da prática escolar*. Campi-



- nas, Papyrus, 1995.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (Brasil) — NBR 10.719. Rio de Janeiro, 1989.
- CARDOSO, RUTH (org.). *A aventura antropológica: Teoria e pesquisa*. 3. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- CARVALHO, Anésia de Souza. *Metodologia da entrevista*. Rio de Janeiro, Agir, 1987.
- CAMPANA, Álvaro O. *Introdução à investigação clínica*. Botucatu, UNESP, 1995.
- CERVO, Luiz A., BERVIAN, Pedro A. *Metodologia científica*. 3. ed. São Paulo, McGraw-Hill, 1983.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 2. ed. São Paulo, Cortês, 1995.
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1989.
- FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo, Cortês, 1989.
- FRANÇA, França, FREITAS, Sidinêia Gomes. *Manual da qualidade em projetos de comunicação*. São Paulo, Pioneira, 1997.
- GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O que é método científico*. São Paulo, Pioneira, 1989.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo, Atlas, 1991.
- LAKATOS, Eva M., MARCONI, Marina de A. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1992.
- MARCANTONIO, Antonia T. et al. *Elaboração e divulgação do trabalho científico*. São Paulo, Atlas, 1996.
- MINAYO, Maria C. S. (org.) et al. *Pesquisa social*. 6. ed. Petrópolis, Vozes, 1996.
- OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. *Tratado de metodologia científica*. São Paulo: Pioneira, 1998.
- REY, Luís. *Planejar e redigir trabalhos científicos*. 2. ed. São Paulo, Edgard Blücher Ltda., 1997.
- SALOMON, Délcio V. *Como fazer uma monografia*. São Paulo,

- Martins Fontes, 1996.
- SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (orgs.). *Metodologia das ciências sociais*. 9. ed. Porto, Afrontamento, 1986.
- VOTRE, Vilmar Pedro, VOTRE, Sebastião Josué. *O voo da abelha*. 2. ed. São Paulo, Bandeirante S/A, 1991.
- VOTRE, S. et al. *Pesquisa em Educação Física*. Vitória, UFES, 1993.



Corpo-Movimento-Vida: ser “diferente-deficiente”

Body-Moviment-Life: to be “different-disable”

Eline T. R. Porto*

* Professora da Unimep.

Resumo: Este artigo é um estudo bibliográfico baseado na fenomenologia e que tem como objetivo analisar alguns fatos relacionados à pessoa deficiente inserida na sociedade.

Abstract: This article is a bibliographic study, based on the phenomenology. Its objective was to analyze the facts related to the desirable people when they are incorporated at the normal social life.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo teórico baseado nos pressupostos fenomenológicos. Ele tem como objetivo analisar a situação que envolve o homem-corpo classificado como deficiente. O artigo contém três momentos distintos.

Considerações do ser “homem” busca retratar o homem-corpo, que é sentimento, ação e pensamento, situando neste contexto o corpo “diferente-deficiente” sob a perspectiva social.

Em *Corpo-movimento-vida* faz-se uma analogia entre o corpo, o movimento e a vida, mostrando que eles são interdependentes em quaisquer situações cotidianas do ser humano, pois viver é movimentar-se e ser corpo é viver todos os movimentos que compõem o homem.

Após a elucidação de algumas idéias centrais referentes ao tema, *Fatos e retratos* mostra que ser “diferente-deficiente” não é privilégio apenas das pessoas deficientes, mas condição para o homem estar no mundo e viver sua individualidade.

CONSIDERAÇÕES DO SER “HOMEM”

Quem sou eu? Onde estou? Para que estou?



Como sou? Sou “normal”? Sou “perfeito”? Sou “deficiente”?

Sei que sou corpo, um corpo formado por um conjunto físico-orgânico que possibilita ao eu-corpo estar vivo. Estar vivo é para mim muito mais do que ser uma “máquina” que funciona em “perfeito” estado.

O fato de ser corpo e de estar vivo para experienciar e presenciar o mundo revela-me que sou um complexo unificado e indissociável de potencialidades intelectivas, biológicas, sociais, afetivas e motoras que a cada momento e a cada instante do viver desvela mudanças das mais variadas formas em minha relação com o mundo, mundo este formado por milhões de corpos diferentes entre si sob todos os aspectos. Corpos que ora se relacionam, ora não; corpos que se enfrentam; que lutam; que se amam; que se diferenciam; que se agredem; que se ajudam; que se percebem; que se tocam; enfim, corpos presentes no mundo.

Ao ser e estar presente no mundo, digo que sou parte imprescindível para a formação desse mundo, como todos os outros também o são. Para tanto, devemos, eu e meus semelhantes, ocupar o nosso espaço, usufruindo e participando deste, durante todo o tempo que nossa presentidade¹ nos garantir.

Pensar dessa forma pode parecer simplista. No entanto, sei que, como homem componente e formador do mundo, não sou único e não estou sozinho. Ao contrário, sou um entre milhões de idéias, ações e sentimentos. Não devo perder de vista que nesse mundo-vida em que me encontro, apesar das semelhanças entre eu e os outros homens, as diferenças existentes compreendem um número muito maior e mais significativo.

Por meio da propagação de diferentes idéias e valores no decorrer da história dos homens, às vezes me sinto perdida ao indagar, como no início: Sou “normal”? Sou “perfeita”? Sou “deficiente”?

1- Apresenta relação com o tempo presente em termos de possibilidade ou de projeção, quando o tempo é autêntico (originário e próprio da existência), onde o advento em que o ser vem a ser mais próprio (Abbagnano, 1999).



Refletindo sobre estas questões, percebo que, ao mesmo tempo, sou e não sou todos esses adjetivos que ora me classificam e ora me desclassificam. A meu ver, isso se deve ao fato de cada um destes termos estar carregado de significados atribuídos pela sociedade e pela cultura como valores positivos e/ou negativos para se falar do homem.

O homem, ao fugir dos padrões que o definem como “normal” determinados pela sociedade, é diferenciado não só pelos títulos que recebe como também pelas formas de tratamento que a todo momento o evidenciam como um ser “diferente-deficiente”, por ser um corpo com níveis de capacidade, potencialidade e limite fora da padronização estabelecida. Desse modo, ele torna-se excluído do viver a presentidade.

Do meu ponto de vista, essa sociedade está sendo injusta e incoerente com ela mesma, pois rotular um homem de “normal” ou “deficiente” é estabelecer limites para este poder viver e se relacionar com o mundo.

Carvalho (1996), em um de seus apontamentos, lembra que:

O microcosmo genético e os processos reprodutivos da espécie humana não são uniformes, neles se incluindo a mutação como fator de mudanças evolutivas. As pretendidas “anormalidades/deficiências” são frutos de processos naturais e normais como qualquer outro, tão dignas quanto o padrão de normalidade imperante em nossa sociedade. (p.111)

Observei, após me deparar com alguns fatos históricos demonstrados por Silva (1987), que esta distinção entre os homens existe há muito tempo. Este autor comenta alguns acontecimentos marcantes que se sucederam no mundo, demonstrando que é o corpo (físico) quem na maioria das vezes delimita a separação e a discriminação humana.

Entre muitos fatos, alguns chamaram a minha atenção. Na época da Inquisição católica, os corpos que apresentavam defeitos

físicos e/ou defeitos sensoriais, considerados hereges e endomaniados, eram muitas vezes sacrificados. Durante os séculos XVII e XVIII, as tribos de esquimós abandonavam os velhos e os “deficientes” em determinados locais, para que fossem devorados por ursos-brancos, animais considerados sagrados e que eram de grande utilidade para a tribo, pois sua pele servia de agasalho.

Notei que o ser humano “diferente”, por não responder corporalmente aos pensamentos e às funções estabelecidas no transcorrer da história da humanidade, era e continua sendo marginalizado, discriminado, segregado e sacrificado. Atualmente a caminho do século XXI, acredito que a grande maioria da população ainda carrega consigo estas idéias e valores depreciativos sobre a pessoa classificada como “diferente”. Por outro lado, a pessoa “deficiente” continua a sofrer preconceito, discriminação, categorização e segregação não só por parte dos definidos como “normais”, mas muitas vezes por ela própria. Goffman (1975) faz um comentário que vem ilustrar o meu pensamento:

Enquanto o estranho está a nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo até de uma espécie menos desejável [...]. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...]. (p.12-13)

No momento em que o indivíduo é estigmatizado, ele é limitado social, cultural e afetivamente, ou seja, seu corpo deixa de ser considerado como um ser que se movimenta e que participa como qualquer outro que não apresenta sinais corporais que o evidenciam como diferente. Ao olhar para um corpo e enxergar apenas as suas marcas, estou reduzindo-o a nada, estou limitando ou até mesmo descartando todas as suas chances de viver como

um ser humano. Ao ser corpo-vida, o mais importante não é saber se estou respondendo às regras impostas pela sociedade e sim sentir e me fazer presente em todos os momentos de meu viver.

Falar e pensar em fugir às regras impostas pela sociedade, principalmente às que tangem ao corpo, parece ingênuo, devido aos valores e atributos que têm sido conferidos ao corpo. Faz parte do cotidiano das pessoas a massificação corporal, ou seja, a padronização dos corpos, tão reforçada pelos meios de comunicação de massa, que, fixando valores estéticos, conduzem o homem a se autodiscriminar, a se anular como ser humano, ao invés de se autovalorizar.

O corpo que luta para se tornar belo, forte, saudável, “perfeito”, sem marcas que o discriminem, aparentando disposição excelente, estará sendo conivente com os ditadores do perfil corporal do homem e incentivando os interesses econômicos relacionados ao corpo. Muitas vezes, na perspectiva de ter, o corpo deixa de ser vida, ou seja, ter um corpo é viver e acreditar que apenas o corpo físico-orgânico pode oferecer todas as boas condições para a vida, considerando-se boas condições como sinônimo de saúde, bem-estar, felicidade, prazer, enfim, viver melhor deve estar relacionado às condições do possuir, desprezando-se totalmente o ser como qualidade do viver.

Os corpos que respondem a estas normas ditadas, vivendo apenas o seu corpo-matéria, esquecem que, de um momento para outro, por qualquer motivo que possa surgir, esta matéria pode retirá-los desse grupo de corpos, transformando-os, mediante esta visão, em corpos aniquilados e impotentes. Fontanella (1995) salienta que, apesar de esforçar-se para não agir discriminadamente com seus semelhantes, o ser humano vive se traindo, devido ao fato de ter perdido sua vivência mais natural, deixando, assim, de viver o seu lado sensível.

Ao aceitar e acatar estes valores corporais, a pessoa pode tornar-se limitada em todos os sentidos. Muitas vezes ela apresen-





ta um corpo físico que a impede de fazer parte do grupo de corpos “bem-dotados”, encontrando mais obstáculos e menos oportunidades para se inserir no contexto social que engloba o mundo da beleza, o mundo da moda, o mundo das academias, o mundo do trabalho, enfim, o mundo da vida, do movimento e da participação imposto pela sociedade e pela cultura, que continuam discriminando e marginalizando o “diferente-deficiente”.

Pergunto-me se um indivíduo deficiente que por ventura for impossibilitado de usufruir das idéias e dos valores corporais ditados socialmente não poderá “ter” um corpo “belo”? Parece-me que esse consumismo frenético pelo cultivo do corpo físico tende a conduzir as pessoas a desconhecem a si próprias, se escondendo sob uma “capa” que transforma o próprio corpo em corpo objeto, apenas. As pessoas deficientes, ao se enquadrar nesse contexto devido às limitações corporais que apresentam, na maioria das vezes, vivem escondidas atrás dos próprios medos, preconceitos, vergonha e autopiedade, esquecendo por completo que, além de serem corpos físicos “deficientes”, são corpos sensíveis e disponíveis para viver a sua existência no mundo.

Transformar as regras sociais impostas é uma tarefa difícil de enfrentar e mais difícil ainda de vencer, mas, como ser humano, devo me conscientizar de que todos os corpos têm o seu espaço no mundo para viver sua presentidade e devem prestigiar e fazer uso desse espaço, mesmo sendo necessário lutar contra as inúmeras barreiras existentes, que conduzem os corpos a serem meros reprodutores e executores destas regras impostas. Tratando-se de corpos “deficientes”, a batalha a ser travada com a sociedade é complexa e pode chegar a ser desgastante, pois grande parte da população “deficiente” não se aceita como corpo, contribuindo, assim, para que seja colocada de lado e postergada da vida como um todo.

Se a pessoa “deficiente” tiver oportunidade de se conhecer e de se perceber como corpo sob todos os aspectos e não só sob o aspecto físico, ela terá a chance de se aceitar e principalmente de

gostar e de apreciar a si mesma como um indivíduo qualquer, pois ser corpo não é privilégio de ninguém, mas condição de vida para todos os seres humanos.

CORPO-MOVIMENTO-VIDA

— Não pare!, Vamos continuar!

— Agora você faz assim, olhe, é desse jeito!

— Não, não é assim. Vou repetir, preste atenção e faça novamente!!...”

Quantas vezes eu-corpo ouço frases como estas ao longo da vida?

Acredito que, desde o dia em que nasci até o dia da minha partida sem volta, serei envolvida por ordens objetivas e determinantes de meu ser-no-mundo². Percebo que em vários momentos de meu viver tento fugir a esta objetividade que me envolve. No entanto, sinto-me bloqueada e impedida de deixar o corpo dizer e manifestar algo para ele mesmo e para os demais corpos que estão a sua volta. Assim, ao mesmo tempo que sou livre, sou induzida a agir e a sentir algo determinado nas inúmeras e diversas situações que experiencio.

Essa roda viva da qual faço parte me conduz a viver o corpo como um objeto que deve sempre responder com clareza aos estímulos que recebe, impedindo-me de perceber o que estou fazendo, como estou fazendo, para quê e por quê estou fazendo. Dessa forma, sou induzida a fugir do corpo presente e intencional para me direcionar a visualizar o corpo apenas em situações futuras ou passadas, que não podem influenciar o presente. Mas para que viver o passado, se ele ficou para trás? E como viver o futuro, se ele ainda está por vir?

Penso que viver a temporalidade e a espacialidade do corpo

2 - Este termo é balizado pela relação entre o homem e o mundo. O homem como ente no mundo se distingue dos outros entes ou objetos e se reconhece como “ele mesmo” (Abbagnano, 1999).



é permitir que ele seja em sua essência e existência³; é incentivá-lo a ser no tempo próprio, em suas ações, em seus pensamentos e sentimentos, respeitando a magnitude de ser sujeito, próprio e individual, não diminuindo-o devido às racionalidades temporais e espaciais que os movimentos da coletividade possuem e atribuem a ele.

Maria Augusta S. Gonçalves (1994) constata que:

[...] A nossa história pessoal está marcada em nosso corpo — nossos temores, alegrias, sentimentos de prazer e desprazer, de conforto e desconforto —, bem como a história coletiva, com seus códigos sociais de comportamento corporal aprendidos no decorrer de nossa vida. (p. 146)

Do meu ponto de vista, fazer referência ao corpo-movimento é tarefa complexa devido às várias e diferentes perspectivas existentes para analisá-lo. No entanto, farei algumas considerações sobre aspectos que chamam a minha atenção.

Em meu dia-a-dia, minhas relações com o mundo são invadidas por movimentos que sou, dizendo algo de meu interior, revelando minha essência na relação com minha existência, mas sou incapaz de vivenciar de modo perceptivo estes movimentos em minha relação com o mundo por ser dependente e pressionado pelas normas sociais, culturais, políticas e econômicas que regem o meu hábitat. Há momentos em que tento deixar de lado todas essas regras que me aprisionam para olhar e sentir o eu-corpo-movimento com prazer, com alegria e em sua forma pura de ser e de acontecer.

Creio que esta falta de percepção do eu em movimento sur-

3 - Essência caracteriza sobretudo o que se encontra no ser próprio de um indivíduo como seu. A essência deste ente, no que em geral é possível falar dela, deve ser entendida a partir de seu ser existencial. O modo de ser do homem, ou seja, a existência que é o modo de ser próprio do homem, o relacionamento do homem consigo mesmo e com o outro, relacionamento que se resolve em termos de possibilidade, é um modo de ser em situação (Abbagnano, 1999).

ge à medida que o corpo é doutrinado a ser e a fazer o que o contexto no qual está inserido determina. Ensinaram e continuam ensinando como devo agir corporalmente nas diferentes situações, para que eu não tenha nenhuma atitude fora dos padrões estabelecidos como normais; caso contrário, estarei sendo descartada das relações "humanas".

Viver o corpo-movimento dessa maneira não deve fazer parte de meu cotidiano, pois limita a minha capacidade de criar, a naturalidade com que me relaciono com o mundo, a simplicidade que a liberdade de ação propicia e a sensibilidade que posso adquirir para observar a mim mesmo e aos que estão a minha volta. Ainda assim, o eu interior passa a ter significados a partir unicamente do eu exterior, sem refletir, sem questionar, sem transformar e principalmente sem perceber.

Aí então paro para pensar nas pessoas deficientes. Como se situariam nestas reflexões? Acreditando no homem como sendo corpo-movimento globalizado, eu não deveria permitir que essa classificação de homem pairasse sobre os meus pensamentos. No entanto, o viver cultural e social muitas vezes me impedem de agir dessa maneira.

Referindo-me às pessoas deficientes, diante do fato de elas serem olhadas como "diferentes" e tratadas como limitadas e limitantes, o corpo-movimento-vida destas pessoas não são considerados. O que predominam são sentimentos, pensamentos e ações de negatividade. Limitadas física, sensorial e/ou mentalmente, elas são encaradas como seres que não podem e não devem fazer nada — pensar é muito difícil para quem não movimenta as pernas, para quem não enxerga ou para quem não ouve. Não se pode exigir sentimentos de quem não é capaz de entender e de repetir as normas sociais e culturais impostas.

Carvalho (1996) relata, em uma passagem de seu livro, a relação existente entre ele e sua filha portadora de deficiência:

Ela me ensinou que sua vida não era a minha, nem muito



menos semelhante à minha. Era uma vida própria, plena de emoções e sentimentos e normatizada por sua peculiar percepção de mundo. (...) Meu compromisso com ela era demonstrar a mim mesmo, a meus familiares, a meus amigos e à sociedade em geral que ela, Thanise, tinha sua própria personalidade e integridade espiritual como pessoa. Todos deveriam vê-la como sempre foi e não conforme os modelamentos de gostos ou costumes que a sociedade estivesse a ditar. (p.66-67)

Percebo-me gesticulando, falando, dançando, pensando e ensinando inúmeras coisas nas quais acredito, mas, nos momentos de realizá-las e de aplicá-las, sinto que meus movimentos são desprezados e compartilhados num espaço e num tempo determinados e objetivos. Portanto, os corpos não se dão conta da importância de ser um corpo-movimento-vida que experiencia e experimenta o sabor apreciável e o prazer de ser ações sensíveis no mundo presente.

Viver o corpo-movimento intensamente, desvinculando-o dos preconceitos e das regras ditadas, faz parte do autoconhecimento, do autodomínio, da experiência corporal mais fidedigna. Dessa forma, o homem poderá se tornar um ser único e indivisível ao pensar, sentir e agir. No momento em que o homem perceber que está em contato direto, particular e íntimo com o corpo-movimento-vida, será capaz de revelar ações que o transportam para um mundo desconhecido, no qual este corpo descobre espaços e tempos próprios na relação com a sua presentidade. Para ilustrar minhas idéias, retomo algumas palavras de Fontanella (1995):

A arte é entre nós muito apreciada. É claro, pois na arte o homem é mais homem. É mais homem do que a multidão pode ser; é mais homem porque é uno como artista. O gesto criador é o homem puro e total. Nesse momento, o homem é agindo. O ser não é mais que o agir. Então, o ser se iguala perfeitamente ao agir. O artista é todo ele agindo, sem corpo, sem alma; é todo sentimento, toda ação, todo razão, todo homem sem distinção. (p. 127-128)



FATOS E RETRATOS

Após alguns momentos pensando sobre o ser corpo, o viver a presentidade, o movimento como forma inerente de ser, o ser e o estar contextualizados numa determinada sociedade e cultura, o ser "diferente-deficiente", sinto vontade de relatar alguns fatos que em meu entender mantêm relação com o tema em discussão.

Até pouco tempo atrás eu pensava que o indivíduo que era capaz de realizar um movimento mais elaborado e mais complexo não possuía limitações. Considerava estes indivíduos seres "normais" ao compará-los, por exemplo, com pessoas que por algum motivo não executam movimentos com os membros inferiores. Não imaginava que pessoas fisicamente limitadas praticassem esportes, dançassem, enfim, levassem uma vida normal, como qualquer outra pessoa.

Atribuo essa "cegueira" em relação a meus semelhantes a alguns fatos que se fizeram presentes em minha vida. Um deles é que em minha família, apesar de sermos todos "diferentes-deficientes", não contemplamos a presença de uma pessoa intitulada de deficiente. Isso propiciou a falta de diálogo sobre estas pessoas e as questões que as envolvem.

Acredito que a família tem influência sobre as idéias, os pensamentos, os valores e as atitudes das pessoas que a compõem. Diante disso, é necessário discutir sobre as limitações, as capacidades, os direitos e os deveres que toda pessoa tem como ser humano participando do mundo, no qual todos os indivíduos são "diferentes-deficientes".

Digo dessa forma porque acredito que todo ser humano, em sua presentidade e existência, é limitado, embora muitas vezes as limitações não sejam visíveis aos olhos. Afirmo que todos os indivíduos possuem limites em nível motor, cognitivo, social e afetivo, o que o diferencia das outras pessoas e, por outro lado, propicia ótimas condições para este ser diante das situações que o mundo lhe apresenta no decorrer da vida. Portanto, devo valorizar e mostrar para os que estão próximos de mim que ser uma pessoa "de-



ficiente” não é o “fim do mundo” nem “castigo divino”, e sim uma situação que deve ser encarada, mesmo que seja difícil aceitá-la e assumi-la.

Outro acontecimento marcante e significativo em meu viver foi a experiência com a dança clássica acadêmica, que viabilizava movimentos padronizados e “perfeitos” para corpos talentosos que respondessem ao estabelecido.

Sinto-me triste ao reviver um episódio de discriminação ocorrido por volta dos meus 12 anos de idade, quando fui impedida de realizar uma avaliação em dança. Isso se deu porque eu não apresentava um “pé bonito”, uma das condições físicas exigidas e cobradas pela dança clássica que, apesar de não inviabilizar a execução dos movimentos, muda esteticamente a apresentação dos mesmos.

Ninguém se lembrou de perguntar o quão importante era para mim prestar ou não aquele exame. Não me questionaram sobre como eu me sentia fazendo as aulas e se passar na prova era o ponto mais relevante. Enfim, numa situação como esta, posso dizer que, apesar de eu ser “normal” para dançar, fui classificada, como muitos de meus semelhantes o são, de “diferente-deficiente”.

Gostaria de ressaltar que ser “normal” também é ser limitado, pois todos os indivíduos são “diferentes-deficientes” no mundo-vida. Todo ser é único na maneira de ver, de pensar, de agir e de sentir a si próprio, os outros e as coisas em sua condição de ser humano. Muitas vezes as pessoas não atentam para as próprias limitações, considerando-se “perfeitas” diante das diversas situações. No entanto, devo aceitar a mim e aos meus semelhantes, respeitando as individualidades e as particularidades de cada um em sua maneira de ser no mundo.

Grande parte da população pensa que as idéias, os valores e as atitudes dispensadas à pessoa “deficiente” devem ser totalmente modificados, principalmente quando se trata de estas pensarem, se movimentarem e sentirem. Ao deparar com um deficien-



te físico, as pessoas logo pensam: “Coitado! Esse aí não pode correr, jogar futebol, dançar com uma garota, sentir os prazeres do jogo da sedução e do amor...”.

Grande é o engano das pessoas que pensam dessa forma, pois não ter ou não movimentar as pernas e os braços não significa estar impedido de viver todas estas situações como a maioria das pessoas. Todo indivíduo é, será e sentirá sua relação com o mundo à medida que viver sua essência em sua existência.

Fico preocupada ao me deparar com o fato de as pessoas deficientes terem poucas oportunidades para serem corpo-movimento-vida. Essa condição para experienciar o mundo se dá em grande parte nos lugares em que elas estão presentes. No entanto, o excesso de cuidados dispensados pela família as impede de agir com naturalidade e de expressar com espontaneidade o seu jeito de ser movimento. Isso pode acarretar inúmeras limitações àquelas pessoas que já as possuem, tornando o seu viver monótono, sem propostas desafiadoras, sem conquistas, sem objetivos a serem atingidos, enfim, sem motivação. Quando um ser humano é impedido de viver a sua presentidade corporal, ele é tolhido de ser humano.

Um outro ambiente onde isso quase sempre acontece é a escola. O processo de discriminação acontece nas salas de aulas em que o professor não se julga capacitado para atender às necessidades daquele aluno que ali está. Acredito que isso seja real em muitas situações. No entanto, penso que, dependendo de quem é este professor, ele se desdobrará para fazer com que o aluno “deficiente” se sinta incluído ou agirá de modo inverso, utilizando inúmeras justificativas que não justificam nada além da visão reducionista de homem e de mundo que muitas pessoas ainda possuem e divulgam.

Em outros casos, o portador de deficiência é aceito e pode integrar o mundo escolar a partir de várias regras estipuladas, como, por exemplo, não participar das aulas de Educação Física com os demais alunos, para evitar acidentes ou por serem julgados incapazes de se movimentar como e com os outros.



Acidentes podem acontecer a qualquer momento, com todo e qualquer aluno e em qualquer lugar. Por isso é preciso estar sempre atento. Não tenho o mínimo direito de julgar e de delimitar a capacidade de se movimentar de um indivíduo. Tenho, sim, o dever e de dar e criar oportunidades de participação para todos os alunos presentes.

Desenvolvendo atividades corporais, mantendo contato com o movimento dos indivíduos, devo estar ciente de que a todo momento estarei adaptando as diferentes propostas de trabalho a cada grupo de pessoas a ser contatado, pois todos os momentos são e serão diferentes em função de as pessoas que estão ou que estarão envolvidas serem elas próprias, com suas características individuais e únicas, a cada instante de seu viver.

Com relação à pessoa deficiente se movimentando, o respeito e as chances oferecidos devem ser ampliados e adaptados à medida que se fizerem necessários, como se faz em relação qualquer outro indivíduo classificado de "normal". A pessoa, seja ela portadora de deficiência ou não, será cada vez mais considerada "diferente-deficiente" se a ela for negado viver o corpo-movimento-vida.

O homem, ao movimentar-se, está em constante relação com o mundo. Todo movimento tem seu significado próprio a cada instante em que surge, estabelecendo um novo diálogo pessoal e próprio do homem com o mundo, no qual as ações motoras são adquiridas a partir da experiência individual e própria do movimento, em diferentes graus de dificuldade (Gonçalves, 1994). Portanto, o movimento deve ser explorado por todos os homens, que devem ser respeitados como seres humanos capazes e limitados ao mesmo tempo.

É doloroso lembrar que a sociedade em que vivo trata o homem-movimento com desprezo e desigualdade. No desenrolar de minha infância, adolescência e início da vida adulta, não me recordo de ter presenciado, lido ou assistido uma única vez algo relacionado à pessoa deficiente retratado de modo positivo.

Lembro-me, sim, de ter tido medo, dó, apatia ao me deparar com pessoas cegas, paralíticas, surdas e/ou com deficiências mentais. Que absurdo, não? Mas essa foi a minha experiência de vida até pouco tempo atrás, quando comecei a descobrir um outro mundo dentro daquele em que eu estava inserida.

Essa experiência vivida por mim continua sendo vivenciada pela maioria das pessoas. Desenvolvendo trabalhos sobre este tema com alunos do curso de graduação em Educação Física, assustome ao encontrá-los pensando e agindo da mesma forma. São futuros profissionais da área de Educação Física que, por desconhecimento, por falta de informação e de interesse, não incluem estas pessoas na lista dos possíveis praticantes. Essa falta de divulgação e de atenção para com os "diferentes-deficientes" num curso onde o corpo é o centro de todas as discussões e vivências mostra claramente como o homem-corpo continua sendo tratado como um ser dual.

Isso vem demonstrar como a insensibilidade, a racionalidade, a preocupação com a produção e com a reprodução e o desconhecimento sobre o humano toma conta das pessoas, conduzindo-as cada vez mais a dizer sim aos valores e às idéias impostas a respeito do movimento, do corpo e da vida, impedindo-as de poder ser e estar-no-mundo.

Viver dessa forma é não se permitir conhecer a si mesmo, aos outros e às coisas presentes no mundo de maneira natural. Ainda persiste a idéia de que o importante e significativo não é ser você mesmo e sim um produto idealizado, imaginado e criado.

No trilhar da vida, por meio de experiências positivas e/ou negativas, o movimento pode ser vivido intensamente, possibilitando ao indivíduo se descobrir, se valorizar, acreditar em suas capacidades e sentir a vida como ela é.

A maioria das pessoas intituladas de "diferentes-deficientes" e tratada como tal desconhece que possui os mesmos direitos de seus semelhantes de se descobrir como corpo, pois a elas, como a qualquer outra pessoa, o ser corpo-movimento-vida deve ser





propiciado, em todos os momentos de sua existência.

Portanto, para difundir o movimento humano no trabalho da atividade física adaptada é necessário ver o homem como um ser uno, indivisível, dotado de capacidades, desejos e limites. É preciso permitir e possibilitar mudanças no decorrer de toda e qualquer situação que possa surgir e não excluí-lo, eliminá-lo e discriminá-lo. É preciso acreditar que ser homem é ser corpo-movimento-vida, é ser próprio, individual e sensível, conhecendo, assumindo e aceitando todas as suas diferenças e deficiências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- CARVALHO, S. Thanise: *Um sorriso muito especial*. Piracicaba, Editora Unimep, 1996.
- FONTANELLA, F. C. *O corpo no limiar da subjetividade*. Piracicaba, Editora Unimep, 1995.
- GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1975.
- GONÇALVES, M. A. S. *Sentir, pensar, agir: Corporeidade e educação*. Campinas, Papirus, 1994.
- SILVA, O. M. *A epopéia ignorada: A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*. São Paulo, Cedas, 1987.

Produção Acadêmica

absenteísmo foi significativamente menor no GLC (0,03%) em relação ao GLP (2,35%) e ao SGL (6,54%); foi significativamente menor também no GLP em relação ao SGL. Os resultados sugerem que a aplicação da ginástica laboral foi capaz de prevenir a ocorrência de LER/DORT a ponto de diminuir o absenteísmo. Quando aplicada de forma sistemática, mostrou-se muito mais eficiente como uma das ferramentas na luta contra as doenças relacionadas ao trabalho e pela melhoria da qualidade de vida do trabalhador.

Comportamento da postura estática dos funcionários de uma empresa alimentícia

*Celimara Gama Lima**
e *José Carlos de Freitas Batista*
(Fefisa)

Uma das queixas mais comuns na atualidade refere-se à dor na coluna vertebral, que tem sua frequência máxima entre os 35 e os 55 anos de idade. No Brasil, a lombalgia causada pelas posturas inadequadas já perdeu a liderança nos afastamentos por acidente de trabalho para os decorrentes de LER/DORT e, talvez por isso, a ela tem sido dada pouca importância. Em algumas profissões, devido à manutenção da postura e à execução de determinados movimentos por longo período de tempo, pode-se estar mais suscetível a desenvolver dores nos membros superiores, na coluna vertebral e em membros inferiores. Atividades que requeiram permanência prolongada na mesma postura podem estressar algumas regiões devido à maior contração de grupos musculares a ponto de produzir sensações dolorosas, e podem estar associadas a um estilo de vida pouco ativo.

* e-mail: celimara@ig.com.br

Após o surgimento da ergonomia, a ginástica laboral tornou-se uma das ferramentas na luta contra as doenças relacionadas ao trabalho. O objetivo deste estudo foi avaliar a postura estática de funcionários de uma empresa antes e após a implantação de um programa de ginástica laboral. A postura foi avaliada por observação visual com o uso de simetrógrafo. O programa de ginástica laboral foi implantado para todos os setores da empresa, utilizando-se da ginástica compensatória, com sessões de 5 a 7 minutos, duas sessões ao dia, cinco dias por semana, durante um ano. Os resultados apontam que a porcentagem de trabalhadores com postura normal aumentou de 17,8 para 39,86% para o gênero masculino, e de 16,1 para 36,8% para o gênero feminino, sugerindo que a ginástica laboral pode ter sido um dos instrumentos que minimizaram os fatores de risco para a ocorrência de lesões por acidente de trabalho, além de promover a melhoria da qualidade de vida do trabalhador.



...a geração saudável...
...hipoglicêmicos na Periferia...

A geração saudável hipoglicêmicos na Periferia



...a geração saudável...
...hipoglicêmicos na Periferia...

...a geração saudável...
...hipoglicêmicos na Periferia...

A geração saúde de hipoglicêmicos na Fefisa*

João Castilho Bernabé Junior

Esta pesquisa iniciou-se no momento em que tomei contato com o conteúdo "hipoglicemia" na disciplina Fisiologia Humana e notei a existência de alguns colegas com manifestações hipoglicêmicas justamente quando a mídia começou a divulgar o aumento da procura por atividade física nas horas de lazer. Esses fatores combinados levaram-me a perceber que, devido aos transtornos vitais que pode acarretar, a hipoglicemia é um tema de estudo de suma importância.

A hipoglicemia caracteriza-se pela queda da taxa de açúcares no plasma sanguíneo. Dentre as muitas causas da síndrome, interessam-nos aquelas em que as ilhotas de Langerhans sintetizam uma alta quantidade do hormônio insulina. Como a insulina é responsável pelo aumento da permeabilidade da célula para a glicose, sua secreção demasiada facilita a entrada de glicose na célula além do necessário, ocasionando queda brusca na glicemia sanguínea.

O objetivo central de minha pesquisa foi tentar inferir a ocorrência de hipoglicemia ou de manifestações hipoglicêmicas nos alunos do primeiro ano da Faculdade de Educação Física de Santo André (SP). Conseguimos verificar que o grupo de alunos observados é fisicamente ativo por desenvolver uma prática de exercícios sistemática. Porém, não foram notadas muitas manifestações hipoglicêmicas. Constatamos, sim, que 44% da amostra ig-

* Este artigo é um registro de uma pesquisa desenvolvida em 1999 no Programa de Iniciação Científica da Fefisa, sob a orientação da professora Celimara Gama Lima.

nora o assunto e, entre os que conhecem, 26% têm casos na família. Este é um dado alarmante, que demonstra a necessidade de orientação de alunos e profissionais da área.

INTRODUÇÃO

A hipoglicemia é um episódio em que ocorre queda da taxa de açúcares (glicose) no plasma sanguíneo. Dentre as muitas causas de hipoglicemia, interessa-nos aquelas em que as ilhotas de Langerhans sintetizam uma elevada quantidade do hormônio insulina além do normal, caracterizando um hiperinsulinismo. Como a insulina é responsável pelo aumento da permeabilidade da célula para a glicose, sua secreção excessiva facilita a entrada de glicose na célula além do necessário, ocasionando queda brusca na glicemia sanguínea (BATELLO, 1996; MATOS, 1982; BRITO, 1998; CECIL, 1993).

Dentre os diversos tipos de hipoglicemia, há a funcional e a alimentar, as quais apresentam muitas semelhanças entre si. Os sintomas dessas doenças são idênticos aos de outras patologias, como estresse, diabetes, disfunções cardiovasculares, entre outras, o que dificulta seu diagnóstico. Um exame fundamental mas não absoluto é o Teste de Tolerância a Glicose (TTG) ou Curva Glicêmica, que é um exame desconfortável, demorado e caro. Outra possibilidade de se obter um diagnóstico é a análise dos hábitos alimentares diários, que deve ser feita por um profissional da área (BATELLO, op. cit.).

Avaliar o conhecimento da população a respeito da hipoglicemia é importante. Não menos importante é inferir a ocorrência de hipoglicemia ou de manifestações hipoglicêmicas nessa população. A amostra da pesquisa foi composta por alunos do primeiro ano da Faculdade de Educação Física de Santo André (Fefisa) que ainda não haviam tido contato com o assunto em nenhuma disciplina da faculdade. A coleta de dados foi feita por meio de um questionário que continha perguntas abertas e fechadas. Os resultados indicam que os participantes da amostra são fisicamen-

te ativos: 50% praticam atividade física por motivos estéticos; 21%, para obter saúde; e 29% são atletas de competição. Todos alimentam-se normalmente, somente 6% deles apresentam sintomas de hipoglicemia durante atividades físicas e apenas 12%, após a ingestão de alimentos ricos em carboidratos.

Torna-se relevante o conhecimento das manifestações hipoglicêmicas pelos profissionais da área de Educação Física pois, caso ocorra um episódio de hipoglicemia em indivíduos praticantes de atividades físicas que estão mais vulneráveis à doença e não forem tomadas as devidas providências, o estado clínico da pessoa pode ser agravado, levando, em casos extremos, ao coma hipoglicêmico profundo (MARTINS, 1997; BRITO, op. cit.; WEINECK, 1991).

REVISÃO DE LITERATURA

A hipoglicemia

A hipoglicemia é provocada pela queda nas taxas de glicose no plasma sanguíneo (CECIL, op. cit.; GUYTON, 1985; MARTINS, op. cit.; MATOS, op. cit.). Segundo MATOS (op. cit.), a taxa normal de hipoglicemia oscila entre 60 e 150 mg/dl. Quando, por algum motivo, essa taxa cai para menos de 55 mg/dl, a pessoa começa a entrar em estado de hipoglicemia e têm início os sintomas hipoglicêmicos.

“Hipoglicemia não é uma doença, é uma síndrome multicausal com vários sintomas” (BRITO, op. cit., 2). Os sintomas aparecem devido à privação cerebral da glicose (neuroglicopenia) e podem ser classificados e divididos em três:

a) Leves — sensação de fome constante, dores de cabeça, fadiga, tremores, tonturas, sonolência, taquicardia, problemas de concentração e atenção e mudanças de humor.

b) De média intensidade — agitação maníaca, confusão mental, alucinações, pesadelos, sonambulismo, distúrbios visuais, *cândida albicans* (infecção por fungo), distúrbios menstruais, po-

dendo ocorrer dores abdominais, precordiais, simulando ou mesmo provocando infarto do miocárdio.

c) De intensa gravidade — respiração superficial, hipotermia e coma hipoglicêmico profundo, que pode acarretar outras patologias, tais como mal de parkinson, hemiplegia etc. (BATELLO, op. cit.; BRITO, op. cit.; MATOS, op. cit.).

Os sintomas da hipoglicemia variam de indivíduo para indivíduo e, numa mesma pessoa, também podem se apresentar de formas diversas. Contudo, segundo Batello (op. cit., p. 12), “pode-se notar que a sintomatologia tanto pode ser física como psíquica e de todos os níveis de intensidade, desde um simples mal-estar, até, por exemplo, uma síndrome do pânico. Em entrevista envolvendo 134.000 pessoas da população norte-americana, cerca de 50% apresentaram respostas espontâneas de alguma manifestação hipoglicêmica.”

Embora os agentes causadores da hipoglicemia sejam desconhecidos, podemos apontar alguns fatores que, segundo estudos, estão associados a essa manifestação: hereditariedade, sistema imunológico enfraquecido, tumor (insulinoma), alcoolismo, obesidade, consumo excessivo de açúcares (refinados), uso prolongado de antibióticos, distúrbios hormonais, estresse crônico tanto físico quanto mental, intolerância/alergia a determinados alimentos (ciliaca — a glúten; galactosemia — a leite; e fructosemia — a frutas) (BATELLO, op. cit.; BRITO, op. cit.; MATOS, op. cit.).

Em relação à glicemia plasmática, o corpo humano tende a uma homeostase (equilíbrio). Quando nos alimentamos moderadamente, nosso substrato alimentar é transferido da área de absorção intestinal para o plasma em média duas horas após a refeição. Depois que os substratos se instalam no plasma sanguíneo, a taxa de glicose aumenta, provocando a liberação de insulina pelo pâncreas e a síntese de nova insulina, para que ela diminua as taxas de glicose. A insulina é sintetizada nas ilhotas beta de Langerhans e tem como função aumentar a permeabilidade das células para a glicose, exceto para as células do sistema nervoso

central (SNC), que não necessitam de insulina para a utilização da glicose. Contudo, ainda no pâncreas, nas ilhotas alfa de Langerhans, é sintetizado outro hormônio, cuja função é ativar o fígado na síntese de glicose (glicogenólise) a partir de aminoácidos específicos (glicerol e lactato). Em outras palavras, devido à alta sensibilidade do SNC à glicose, o glucagon tem a função de restabelecer os níveis normais de glicemia no plasma (BATELLO, op. cit.; CECIL, op. cit.; MATOS, op. cit.).

Quando o SNC percebe a queda nas taxas de glicose do sangue, libera hormônios a fim de que esse déficit seja suprido. Segundo BATELLO (op. cit.), os hormônios que têm função antagônica à da insulina são glucagon, adrenalina e nor-adrenalina, corticóides, hormônio do crescimento, T3 e ACTH.

TIPOS DE HIPOGLICEMIA

Segundo Matos (op. cit.), qualquer classificação das hipoglicemias é relativamente imperfeita em função da natureza complexa dos defeitos intermediários envolvidos. Porém, pode-se classificá-las da seguinte maneira:

I — Hipoglicemia de jejum, lesões anatômicas presentes

1. Hiperinsulinismo das células beta
2. Neoplasias extrapancreáticas
3. Insuficiência adreno-cortical
4. Hipopituitarismo
5. Doença hepática difusa
6. Insuficiência cardíaca congestiva severa
7. Doença renal crônica

II — Hipoglicemia de jejum, lesões anatômicas ausentes

1. Hipoglicemia da desnutrição alcoólica
2. Hipoglicemia induzida por drogas
3. Hipoglicemia factícia

III — Hipoglicemia reativa

1. Hipoglicemia funcional
2. Hipoglicemia alimentar
3. Hiper-hipoglicemia reativa do diabetes

A HIPOGLICEMIA REATIVA

A hipoglicemia abordada nessa pesquisa foi do tipo reativa, que se subdivide em funcional e alimentar, conhecidas pela reação à ingestão de carboidratos simples, que provocam a hipoglicemia no período de duas a cinco horas depois de ingeridos. A diferença entre as duas é que a hipoglicemia alimentar tem um pico de glicose nas primeiras duas horas maior do que a hipoglicemia funcional, porém ambas têm os mesmos sintomas (já mencionados), além de glicemia normal em jejum. Exemplificando: um indivíduo que tem síndrome de hipoglicemia não pode ter como hábito alimentar a ingestão de alimentos refinados, ou seja, alimentos derivados da cana-de-açúcar (como doces, chocolates, sucos adoçados com açúcar etc.), do mel e carboidratos simples de alto índice glicêmico. Estes tipos de alimento têm absorção muito rápida e aumentam a taxa de glicose no sangue nas primeiras duas horas, provocando um pico de insulina alto (hiperfunção do pâncreas). Como consequência ocorrerá uma queda brusca da glicemia, irradiando uma manifestação hipoglicêmica durante um período de duas a cinco horas (BATELLO, op. cit.; MATOS, op. cit.).

Para MATOS (op. cit.), considera-se com freqüência que a síndrome deve-se tanto a uma resposta excessiva da insulina para a ingestão de carboidratos quanto a uma falha na secreção de glucagon, que deveria inibir a queda pós-absortiva da glicose.

Ainda não se conhece a cura para a hipoglicemia reativa, mas os pacientes são aconselhados a adotar dietas alimentares que tenham pouca quantidade de açúcares em sua composição. As dietas são semelhantes às dos diabéticos. Segundo BATELLO (op. cit., p. 41 e 42), “além da retirada dos carboidratos simples, deve-

se proceder a um fortalecimento, com vitaminas e minerais naturais, de glândulas que produzem hormônios que se opõem à ação da insulina, como, por exemplo, estimular a tireóide por meio da ingestão de algas marinhas; a supra-renal por meio da ingestão da vitamina C e do ginseng; a hipófise por meio da ingestão de óleo do germen de trigo e do zinco, que entra na constituição da insulina, etc.”. Com essas medidas, os hipoglicêmicos podem ter vida normal. “Quando as dietas são seguidas pelos hipoglicêmicos, estes correm menos riscos de se tornarem futuros diabéticos.” (BRITO, op. cit.).

As dietas alimentares, aliadas à prática de atividades físicas, melhoram muito a qualidade de vida dos hipoglicêmicos, pois os exercícios fortalecem os músculos, melhoram a digestão e a circulação, e músculos tonificados possuem maior reserva de glicogênio (energia disponível), aumentando o transporte de oxigênio celular (mais células trabalhando e com maior eficiência) (WEINECK, op. cit.; BRITO, op. cit.; CECIL, op. cit.; GUYTON, op. cit.). Porém, é importantíssimo se alimentar antes da prática de atividade física. Segundo BRITO (op. cit.), “é necessário comer, entre 15 e 60 minutos antes, algum tipo de gordura e carboidrato juntos, para ajudar a manter a glicemia em um nível normal durante a atividade, como creme de amendoim com biscoito cream cracker integral, e hidratar-se durante a atividade para prevenir a fadiga”.

MATERIAL E MÉTODO

Para criar o instrumento da pesquisa, foram feitas uma revisão bibliográfica e uma pesquisa de campo na área médica com uma endocrinologista. A partir daí, foi elaborado um questionário que continha perguntas abertas e fechadas relacionadas a atividades físicas, alimentação e sintomas das manifestações hipoglicêmicas, cujo objetivo era identificar o número de casos de pessoas com manifestações hipoglicêmicas.

A amostra da pesquisa é composta por 191 alunos do 1º ano

da Faculdade de Educação Física de Santo André (Fefisa), no ano letivo de 1998. O questionário, contendo doze perguntas, foi aplicado à amostra citada em 16 e 17 de junho de 1998 em sala de aula, pela professora docente da disciplina de Anatomia. Os alunos da amostra ainda não haviam tido contato com a disciplina Fisiologia e, conseqüentemente, ainda não haviam sido informados acerca dos distúrbios hormonais que podem desencadear a hipoglicemia reativa e tampouco haviam sido informados sobre hipoglicemia.

As questões 1 e 2 da 1ª parte visavam avaliar se os alunos eram sedentários ou fisicamente ativos, assim como a frequência e a duração das atividades físicas praticadas. As questões 3 e 4 da 1ª parte visavam discriminar o tipo de atividade física praticada e os objetivos de sua prática. As questões 5 da 1ª parte, 1 e 2, da 2ª parte visavam levantar o número de alunos que tinham manifestações hipoglicêmicas durante atividades físicas em jejum e quando ingeriam carboidratos simples de alto nível glicêmico. As questões 3 e 4 da 2ª parte visavam verificar o tipo de conduta alimentar adotada pelos alunos. As questões 5 e 6, da 2ª parte objetivavam identificar se os alunos tinham hábitos alimentares corretos quanto aos tipos de alimentos e aos horários relacionados com o antes e o depois da atividade física. A questão 7 da 2ª parte visava quantificar os alunos que conheciam e os que desconheciam a hipoglicemia e verificar, entre os que conheciam, quantos tinham parentes com a síndrome de hipoglicemia.

As questões do questionário foram tabuladas uma a uma e os resultados foram expressos em porcentagem de incidência das respostas.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A amostra foi considerada fisicamente ativa, pois se obteve como resultado que 47% pratica atividades físicas de duas a três vezes por semana e 36% as pratica de cinco a sete vezes por semana, de onde se conclui que os indivíduos que fizeram parte da

amostra realizam exercícios físicos semanalmente.

Também foi observado que mais da metade da amostra, 58%, realiza atividades físicas durante uma hora ou uma hora e meia — período de tempo considerado bom para a prática de exercícios (WEINECK, op. cit.; GUYTON, op. cit.; MARTINS, op. cit.).

Tabela 1

Frequência semanal de atividades físicas.

Você pratica atividade física?

1 vez por semana	8%
2 vezes por semana	22%
3 vezes por semana	25%
4 vezes por semana	9%
5 vezes por semana	18%
6 a 7 vezes por semana	18%

Tabela 2

Duração das atividades físicas.

Qual é a duração média das atividades físicas?

15'	2%
30'	7%
60'	31%
90'	27%
120'	14%
150'	8%
180'	5%
+ de 180'	6%

Observamos que 27% dos indivíduos da amostra praticam esportes de alto nível (profissionais e coletivos), e o restante da amostra, com pequena variação, pratica atividades oferecidas em academias, como musculação, bicicleta, natação, corrida, ginástica aeróbica e caminhadas. Quanto ao objetivo, percebemos que metade da amostra está preocupada com seu estado físico, o que demonstra grande preocupação com a estética corporal, 21% preocupam-se com a saúde e 29% praticam atividades físicas relacionadas a competição — são os atletas. (ver Tabela 3).

Tabela 3
Objetivos com atividade física.

Objetivos	Número de alunos
Perder peso	29
Queimar gordura	23
Ganhar peso	9
Saúde	19
Postura	22
Hipertrofia	34
Outros	55
Total	191

Era essencial, nesse caso, saber se os indivíduos da amostra ingeriram alimentos antes da prática de atividades físicas, pois a prática de exercícios em jejum provoca uma hipoglicemia alimentar que poderia mascarar nossos dados, como foi discutido em BRITO (op. cit.). Pudemos observar que a grande maioria — 88%

da amostra — se alimenta antes de praticar exercícios físicos, em média com uma hora e meia a duas horas de antecedência, dando o tempo necessário para a digestão. Com relação ao tipo de alimento ingerido, obtivemos resultados bem satisfatórios, devido à pouca variação entre os alimentos: 25% de carboidratos compostos, 27% de proteínas, 29% de frutas e vegetais e 15% de carboidratos simples, o que é preocupante, pois a ausência dessas substâncias no organismo pode provocar manifestações hipoglicêmicas durante a prática de atividades físicas.

Notamos que os integrantes da amostra também se alimentam após a prática de atividade físicas: 91% deles disseram que sim, enquanto apenas 9% disseram que não se alimentam. Dentre eles, 63% fazem uma refeição entre uma hora e uma hora e meia após a prática de exercícios físicos. Essa refeição é composta de 21% de carboidratos compostos, 26% de proteínas, 8% de lipídeos, 24% de frutas e verduras e 21% de carboidratos simples — um aumento preocupante de carboidratos simples, pois neste período o organismo tem deficiência de energia devido à depletação dos substratos energéticos e sua utilização durante as atividades físicas. Segundo BRITO (op. cit.), quando o organismo se encontra nestas condições, alimentos como os carboidratos simples podem desencadear manifestações hipoglicêmicas.

Foram selecionados os sintomas mais comuns de manifestações hipoglicêmicas (Tabelas 4 e 5): 88% dos alunos da amostra responderam que não sentiam nada durante a prática de atividades físicas. Se os indivíduos estão bem alimentados, não há justificativa para uma depleção tão rápida da glicose sanguínea em uma atividade que dura entre 1 e 1 hora e meia.

Quando se perguntou sobre o aparecimento desses sintomas após a ingestão de carboidratos simples (açúcares), 83% da amostra disse não apresentar nenhum tipo de sintoma, mas 11% respondeu que os sentem às vezes enquanto 1% relatou o aparecimento dos sintomas sempre que ingerem açúcares simples. Estes resultados estão em desacordo com os dados apresentados por

BATELLO (op. cit.), segundo os quais a hipoglicemia pode ser considerada uma epidemia, uma vez que em sua amostra dos Estados Unidos foram encontrados cerca de 50% de hipoglicêmicos, o que não foi possível constatar em nossa amostra. Entre os alunos do 1º ano da Fefisa, apenas 16% poderiam apresentar a síndrome de hipoglicemia.

Tabela 4
Sintomas de hipoglicemia durante a prática de atividades físicas.

Quando sentem	Número de alunos
Não	168
Durante	11
Após	6
Horas após	2
Outros	4
Total	191

Notamos também que os sintomas de fome e de dor de cabeça — manifestações hipoglicêmicas comuns quando se permanece muito tempo em jejum e que podem ser considerados normais, pois trata-se do organismo avisando sobre a falta de nutrientes — apareceram em 79% da amostra.

Contudo, os resultados apresentam um fato interessante: cerca de 72% da amostra faz de três a quatro refeições diárias, o que garantiria, segundo MATOS (op. cit.), que a alimentação está assegurada e disponível entre seis e oito horas por dia (Tabelas 6 e 7).

Tabela 5
Sintomas de hipoglicemia relacionados à ingestão de alimentos ricos em carboidratos.

Quando ingere	Número de alunos
Nunca	157
Sempre	2
Às vezes	22
Depende	6
Outros	4
Total	191

Tabela 6
Sintomas de hipoglicemia relacionados ao jejum prolongado.

Sintomas de hipoglicemia	Número de alunos
Fome	86
Fome e dor de cabeça	65
Tontura e tremores	25
Náuseas	4
Outros	11
Total	191

Tabela 7
Quantidade de refeições diárias.

Quantidade de refeições/ dia	Número de alunos
2	25
3	72
4	65
5	17
6	8
Outros	4
Total	191

Tabelas 8a, 8b e 8c

Dados referentes ao conhecimento da hipoglicemia e à existência de casos na família.

8a

Você sabe o que é hipoglicemia?

Sim	84	44%
Não	107	56%

8b

Quantas pessoas que conhecem a hipoglicemia têm casos na família?

Têm casos	28	26%
Não têm casos	79	74%

8c

Quantos casos de hipoglicemia existem em sua família?

1 caso	21	75%
2 casos	6	21%
3 casos	1	4%

A partir dos resultados das Tabelas 8A, 8B e 8C, concluímos que grande parte da amostra, 44%, desconhece o que é hipoglicemia. Dentre os 56% que têm alguma noção do que seja hipoglicemia, 26% têm casos de síndrome de hipoglicemia na família. Dentre os que têm familiares hipoglicêmicos, 75% possuem apenas um caso na família, 21% têm dois casos e 4% têm três casos, o que está de acordo com o fato de que a hipoglicemia pode ser hereditária, conforme MATOS (op. cit.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa mostram que os alunos do 1º ano da Fefisa são fisicamente ativos, mas poucos são atletas. A grande maioria pratica atividades físicas praticadas pela população em geral e oferecidas em academias. Seus objetivos são os mais diversos, embora a preocupação estética seja mais freqüentemente citada pelos entrevistados. Os alunos da amostra não apresentaram, em sua grande maioria, respostas que nos levassem a concluir que ocorram manifestações hipoglicêmicas. Quando ocorrem, tratam-se de casos isolados. Todos alimentam-se relativamente bem.

Praticamente metade dos alunos da amostra não sabe o que é hipoglicemia. Entre os que conhecem, alguns têm casos na família, o que demonstra uma cultura fechada. Quase toda a amostra pratica atividades físicas, mas não sabe que pode estar sujeito a

uma ocorrência hipoglicêmica durante os exercícios e que isto pode estar relacionado com a alimentação ou com a fisiologia de cada um. Tampouco saberão como proceder caso tenham um episódio hipoglicêmico.

Com esta pesquisa, notamos a importância de abordar, estudar, analisar e discutir a hipoglicemia. O conhecimento sobre esse assunto pode evitar transtornos tanto para os professores quanto para os alunos nas aulas que envolvem atividades físicas.

Seria interessante dar prosseguimento ao estudo, desenvolvendo uma pesquisa com outra amostra: indivíduos que frequentam academias. A análise das informações que esses indivíduos têm sobre o assunto, seus hábitos alimentares e também um histórico dinâmico da prática da atividade física poderiam colaborar para a elucidação do tema. Com isso, estaríamos tendo contato com indivíduos que geralmente são leigos em relação às atividades físicas e dependem das informações do professor de Educação Física.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BATELLO, C. *Síndrome do pânico e hipoglicemia: Por que a hipoglicemia pode causar a síndrome do pânico?* 1. ed. São Paulo, Typus Editora, 1996.
- BRITO, Cláudia. Saúde em alerta: Hipoglicemia mata. Internet: <http://www.oposte.com.br>, 1998.
- CECIL, M. D. *Tratado de medicina interna*. 19. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1993.
- GUYTON, A. C. *Fisiologia humana*. 6. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1985.
- MARTINS, L. C. Apostila didática do curso de Fisiologia Humana, 2º ano, Fefisa, Santo André, 1997.
- MATOS, A. F. de Godói. *Endocrinologia*. 2. ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1982.
- WEINECK, J. *Biologia do esporte*. São Paulo, Malone, 1991.

Educação Física e equipamentos de lazer: uma análise sobre o papel dos acampamentos*

Angélica Maria Oliveira de Souza

O acampamento de férias é uma opção de lazer cada vez mais utilizada por crianças e adolescentes. Muitos professores de Educação Física atuam como monitores ou coordenadores desse tipo de atividade. Por essas razões, o objetivo deste estudo é investigar o papel do professor de Educação Física no acampamento de férias e a relação entre essa área de estudo e a atividade de lazer observada. O objetivo mais específico da pesquisa é também estudar o acampamento de férias propriamente dito.

O estudo será desenvolvido por meio da combinação entre pesquisa bibliográfica – revisão de literatura – e pesquisa de campo, cujos instrumentos serão pesquisa qualitativa, observação participante, entrevistas com proprietários, coordenadores, monitores e acampantes.

* Pesquisa do Programa de Iniciação Científica da Fefisa, sob a orientação do professor Ricardo Ricci Uvinha.



Normas de publicação

1

A revista *Corpoconsciência* publica trabalhos científicos na área do movimento humano e em áreas afins.

2

As seções da revista são móveis, existindo nas edições de acordo com a necessidade. Elas são as seguintes:

Editorial – expressa a posição da comissão editorial científica sobre assuntos relacionados com o movimento humano e que apresenta o conteúdo de cada número da revista.

Artigos – reservada a artigos científicos.

Ensaio – reservada a ensaios científicos.

Iniciação Científica – destinada a trabalhos científicos de alunos de Educação Física.

Produção Acadêmica – reservada a resumos de teses, dissertações e monografias.

Resenhas – resenhas de livros, teses e outros trabalhos científicos.

Ponto de Vista sobre a Educação Física – destinada a temas polêmicos na área da Educação Física. O primeiro tema abordado é “o objeto de estudo da Educação Física”, e as posições serão apresentadas em forma de entrevista fixa com os representantes das principais tendências teóricas da Educação Física.

3

Poderão ser encaminhadas propostas de publicação para as seguintes seções: Artigos, Ensaio, Iniciação Científica, Produção Acadêmica e Resenhas.

4

As propostas de publicação serão encaminhadas à aprovação da Comissão Editorial Científica da revista.

5

As propostas de publicação deverão ser entregues em duas cópias em papel e outra em disquete, gravada em programa Word.

6

A página-rostro da proposta de publicação deverá conter o título em português e inglês, o nome completo do autor, a instituição de origem, o endereço e o telefone para contato.

7

As propostas de publicação enviadas para as seções de artigos e de ensaios deverão conter unitermos (4 palavras-chave) e resumo em português e inglês, com no máximo 250 palavras.

8

Ao entregar o seu texto para posterior publicação, o autor está cedendo os direitos autorais para a revista.

9

As propostas de publicação deverão ser endereçadas à Faculdade de Educação Física de Santo André — Travessa Cisplatina, nº 20, Vila Pires, Santo André, CEP 09121-430 — aos cuidados do professor Ricardo Melani.

E-mails: revista@fefisa.com.br ou melani@uol.com.br